

Castelos e fortificações sobre o Douro navegável no contexto da expansão do reino asturiano

Castles and fortifications on the navigable Douro in the context of the expansion of the Asturian Kingdom

António Manuel de Carvalho Lima

Direção Regional de Cultura do Norte

Recibido: 19-03-2022

Aprobado: 09-08-2022

Resumo: Após um breve enquadramento geográfico e uma sinopse do que foi escrito sobre o tema nos últimos anos, divide-se a análise dos castelos e fortificações do vale do Douro navegável em duas partes: o antes e o depois das presúrias de Afonso III. Sobre o período anterior a 866, questiona-se a fiabilidade da escassa informação documental e arqueológica de que dispomos e realça-se o caráter controverso das interpretações que dela têm sido feitas. Sobre o período entre 866 e 910, sistematiza-se a informação disponível, tenta-se perceber o sentido da organização administrativa e militar implementada após a presúria de *Portucale* (868), baseada em *civitates* e respetivos *territoria*, e expressa-se a nossa convicção sobre a fragilidade da exegese documental em que se tem baseado a identificação e estudo das fortificações altomedievais desta região. Conclui-se pela necessidade de valorizar a vertente social e económica das presúrias e a dimensão “não-militar” das fortificações.

Palavras-chave: Douro navegável, Presúrias, *Civitates*

Abstract: After a brief geographical contextualization and a synopsis of what has been written on the subject in the last few years, we divide the analysis of the castles and fortifications on the navigable Douro valley into two parts: before and after the *presurias* of Afonso III. Regarding the period before 866, we question the reliability of the scarce documentary and archaeological information that we have and we emphasize the controversial nature of the interpretations that have been made of it. About the period between 866 and 910, we systematize the available information, we try to understand the meaning of the administrative and military organization implemented after the capture of *Portucale* (868), based on *civitates* and their *territoria*, and we express our conviction about the fragility of documentary exegesis on which the identification and study of the high medieval fortifications of this region has been based. We conclude by the need to value the social and economic aspect of the *presurias* and the “non-military” dimension of the fortifications.

Keywords: Navigable Douro, Presuries, *Civitates*



Figura 1. Curso terminal do Douro / Douro navegável (Base: Google Earth™)

1. O DOURO NAVEGÁVEL

Desde o século I da era cristã que o rio Douro é reconhecido como navegável ao longo dos seus últimos 150 quilómetros (cerca de 1/6 da sua extensão total) (Fig. 1), ou seja, entre a foz e o célebre “Cachão da Valeira” (São João da Pesqueira / Carraceda de Ansiães), destruído em finais do século XVIII (Fig. 2). A ele se refere Estrabão, na sua “Geografia” (2003: § 3.3.4.), que nos diz que o rio “é capaz de ser navegado por grandes navios por uma distância de quase 800 estádios” (1 stadium = 625 pés = 185 metros; 800 stadia = 100 milhas = 148 km.).

Na Alta Idade Média, a muito provável degradação da rede viária terrestre –que permanecia, no essencial, a que tinha sido herdada dos tempos do Império– certamente reforçou a importância do Douro como canal navegável, tal como também terá reforçado a importância da navegação de cabotagem ao longo da costa atlântica.

Entre os finais do século IX e o fim da centúria seguinte, temos três testemunhos documentais

diretos, reveladores da importância da navegabilidade do Douro e prova da existência de uma rede ativa de portos fluviais, na qual assentava o controle e exploração económica da navegação por parte da monarquia astur-leonesa.

O primeiro –e único que remonta ainda ao reinado de Afonso III– é o diploma datado de 899 pelo qual este rei, a pretexto da consagração da nova basílica de Santiago de Compostela, reitera e confirma as doações anteriormente feitas ao bispo Sisnando. De acordo com a versão que deste documento é publicada por Henrique Flórez na *España Sagrada* (FLOREZ, 1765: 344), no final do mesmo encontra-se, em forma de adenda, uma referência aos *spolia* usados na reconstrução da Catedral, entre os quais se mencionam

“pedestais e pedra calcária, com a qual se obraram dezoito columnas (...) assim como outros colonelos de mármore” que se importaram de Portucale por via marítima (*“de oppido Portucale ratibus deportatas adduximus quadras et calcem unde sunt aedificatae columnae*



Figura 2. Cachão da Valeira (Carrazeda de Ansiães / São João da Pesqueira). Limite do Douro Navegável até ao final do século XVIII (Imagem: © Arquivo Municipal de Sintra, PT-AMSNT-GRV-00178)

decem et VIII cum aliis columnelis marmoreis simili modo navigio”¹.

Manuel Luís Real interpreta esta notícia como testemunho da escala, em *Portucale*, dos navios que transportavam materiais de espólio colhidos em terra árabe (SILVA e REAL, no prelo) naquele que

será o mais antigo testemunho da importância do estuário do Douro e dos seus portos fluviais no contexto da navegação atlântica de cabotagem.

O segundo reporta-se a acontecimentos que terão ocorrido escassos anos após a morte de Afonso III (PMH, DC 25)², quando o seu sucessor, Ordonho

1 O diploma publicado por Henrique Flórez é claramente o mesmo que se encontra exarado no Tumbo A da Catedral de Santiago (TACS 18) mas aí não existe esta adenda, que na edição da *España Sagrada*, se segue imediatamente após as subscrições finais. Desconhecemos a fonte de que se serviu Henrique Flórez. Lorenzo Arias Páramo, no interessante artigo que dedicou aos *spolia* como instrumento de prestígio e poder na arte asturiana (Arias, 2009), não faz qualquer referência a estes materiais nem a este documento. Usamos a tradução da autoria de Alberto Sampaio (1923: 280).

2 Este diploma, datado de 922, não está isento de problemas, como quase todos os desta época. Pierre David afirma-o “uma peça de redação tendenciosa e tardia” (David, 1947: 247); Miguel de Oliveira (1956: 44-50) e, com ele, José Mattoso (2002: 19) consideram-no falso, redigido no contexto das querelas entre os bispos do Porto e Coimbra, cerca de 1115-16. Em sentido oposto, Manuel Carriedo Tejedo (1998-99: 379-380) e, com ele, Manuel Luís Real (Silva e Real, no prelo) dão crédito aos factos nele relatados e consideram que o cortejo fluvial de Ordonho II, a caminho de Crestuma para visitar o bispo Gomado, deve ter ocorri-

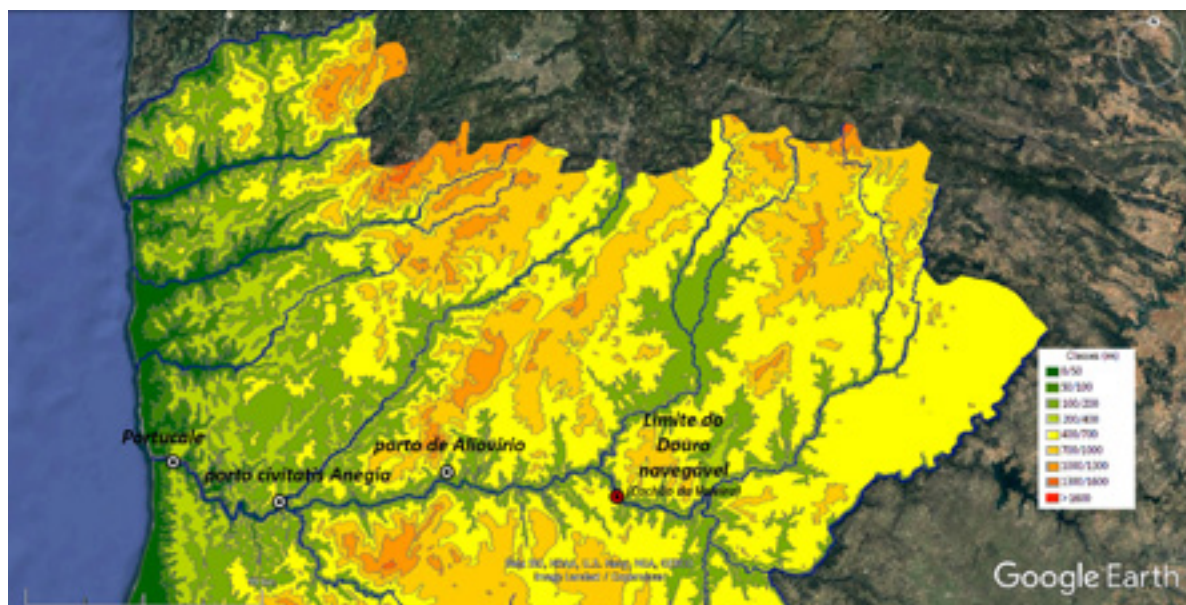


Figura 3. Douro navegável e portos fluviais nos inícios do século X (Base: Google Earth™ e Mapa Hipsométrico de Portugal continental, © Luís Correia Antunes)

II, saindo do porto de *Portucale* com a rainha, os seus condes e os seus bispos, subiu o rio para se encontrar com o bispo D. Gomado em Crestuma

(“ipse rexe pro sua mercede et illa regina excitabit naues in Portugale cum suis comites Lucido Uimarani et Roderico Luci et sui episcopi fuerunt nauigio eremitam uisitare ipsum episcopum”)

oferecendo a esse bispo, entre muitos outros bens, as receitas resultantes da cobrança, em todos os Sábados, dos fretes e portagens sobre a navegação fluvial desde *Aliovirio* até à foz, ou seja, ao longo dos últimos cem quilómetros do curso do Douro

(“nabulum et portaticum de Dorio in die sabbati de portu de Aliovirio et per totos illos portus usque in illa fosse de Durio ubi cadit in mare”).

do “antes de 917, talvez mesmo em 915”. Independentemente da justeza da crítica documental, os redatores do diploma usam, de forma clara, os personagens e os lugares que faziam sentido para os inícios do reinado de Ordonho II, pelo que, deste ponto de vista, julgamos serem aproveitáveis os dados dele constantes para a análise do Douro navegável nas primeiras décadas do século X.

Por este diploma ficamos a saber que havia, até *Aliobriga* (Cidadelhe, Mesão Frio), um conjunto de portos fluviais, não sabemos quantos, dos quais se destacavam o da própria *Aliobriga* (*portu de aliovirio*) e o de *Anegia* (*portu civitatis anegia*), aquele situado na área das Caldas de Moledo e este na zona de Entre-Os-Rios, para além do próprio porto de *Portucale*, de onde saiu a comitiva régia. Ficamos ainda a saber que, neste troço correspondente a cerca de 2/3 do Douro navegável, Ordonho II controlava a cobrança de impostos sobre o trânsito fluvial (Fig. 3).

O terceiro e último testemunho reporta-se a acontecimentos ocorridos 80 anos depois, mais precisamente em 997, aquando da expedição de Almansor a Santiago de Compostela. De acordo com Ibn al-Adhārī (FAGNAN, 1904: 492-495), o contingente terrestre das forças de Almansor terá partido de Cória e rumado a Viseu. Em paralelo, partiu de Alcácer do Sal, por via marítima, uma frota composta por marinheiros e transportando os vários corpos de infantaria, bem como

alimentos, suprimentos e armas. As duas partes do exército ter-se-ão reunido “*num lugar chamado Porto, situado sobre o Douro*”, no qual não se nomeia qualquer castelo, seguramente situado na margem Sul do Douro, já que só depois se dá a travessia. A frota subiu então o Douro, até ao lugar designado por Almansor para a passagem, junto a um castelo cujo nome não é indicado, mas que Manuel Luís Real entende ser o de Gaia (SILVA e REAL, no prelo). Aí, servindo-se dos próprios barcos como ponte, empreenderam a travessia, entrando, a partir daí, “*em país inimigo*” (FAGNAN, 1904: 493).

Na região atravessada pelo Douro navegável, a construção de “castelos”, no sentido restrito do termo, é uma inovação que tem sido associada à sua integração efetiva nos domínios da monarquia asturiana, no último terço do século IX (BARROCA, 2003b: 95).

É hoje unanimemente reconhecido que, comparativamente ao que sucedeu com as regiões que, a montante, são atravessadas pelos restantes 750 km do rio Douro, o processo de integração desta região nos domínios da coroa asturiana foi precoce, rápido e relativamente duradouro: as primeiras presúrias acontecem apenas dois anos após a entronização de Afonso III (a partir de 868, com a presúria de *Portucale* pelo conde Vímara Peres)³; uma década depois já era efetivo o

domínio do vale do Mondego (a partir de 878, com a presúria de *Conimbria*, pelo conde Hermenegildo Guterres); e não consta que, durante os cem anos que se seguiram, o vale do Douro navegável voltasse a estar sob ameaça das forças leais a Córdoba, o que só acontece novamente com as campanhas com que Almansor assolou o território hoje português (981–1000).

É também habitual afirmar que este processo se traduziu não só no controle efetivo dos principais centros urbanos –que se presumem fortificados– como também na criação de novas estruturas defensivas, quer as que são diretamente patrocinadas pelas famílias condaís que a partir de então dominam a região e que obedecem a uma estratégia clara de controle territorial, quer as que são associadas à defesa e refúgio das populações locais, a quem terá competido a iniciativa da sua construção e a responsabilidade pela sua manutenção.

Se, nas suas linhas gerais, este processo, a que a historiografia tradicional chamou “primeira Reconquista”, é hoje bem conhecido, sobre ele se podem colocar várias interrogações. A primeira e mais óbvia de todas elas prende-se com a sua dimensão “militar”, que pode e deve ser questionada, pois dessa dimensão depende diretamente a construção de fortificações. Impõe-se, também, que se questione o sentido geográfico desse progresso e se esclareçam os interesses estratégicos a que ele obedeceu. Importa, por fim, perceber a forma como, do ponto de vista da administração e organização defensiva, ficou estruturado este vasto território, e interpretar o que, do ponto de vista material, chegou até aos nossos dias.

Para isso, cumpre-nos coligir os dados disponíveis –sobretudo os de caráter documental e arqueológico, mas também os de outra natureza, como os elementos arquitetónicos e a toponímia– e ter em consideração o que outros autores já escreveram sobre esta temática.

3 Não é de excluir a possibilidade de a ação dos condes galai-co-asturianos, enquadrados pela monarquia ovetense, se ter feito sentir no vale do Douro navegável antes da iniciativa de Vímara Peres sobre *Portucale*, senão mesmo ainda no reinado de Ordonho I (850-866). Assim o dá a entender um diploma de 1068, publicado por Rui de Azevedo, onde se afirma: “*Eo quod uenit dux Pelagius Vermudiz cum aliis ducibus qui de suo genere erant ad prendendum terram de succinnorum ad expellendas omnes gentes ismahelitarum, et preserunt per illam terram uillas inter Mineo et Dureo*” (Azevedo, 1945: 267). Embora o documento não explicita a que presúrias se refere quando fala do “entre Minho e Douro”, e todo o restante documento se foque na ação do Dux Paio Bermudes a Norte do rio Lima, é possível considerar este documento como um tardio testemunho da precoce realização de presúrias no vale do Douro – mesmo que pontuais e não incidindo sobre os principais centros urbanos da região.

2. OS CASTELOS DO VALE DO DOURO NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA (1978-2021)

Até à década de 70 do século XX, a historiografia portuguesa não reconhece a existência de fortificações altomedievais, muito menos no vale do Douro, onde os castelos nem na Baixa Idade Média são abundantes. E até os muitos historiadores que se debruçaram sobre a temática das presúrias asturianas, nomeadamente as de *Portucale* (Porto), em 868, e *Flavias* (Chaves), em 872, ambas na bacia hidrográfica do Douro, não dão relevo ou especial atenção à questão de saber em que medida essas presúrias se traduziram (ou não) na (re) fortificação dos locais a partir de então integrados na esfera de influência da monarquia asturiana. Porém, o panorama dos estudos sobre fortificações altomedievais estava prestes a mudar.

Poucos anos faltam para que se cumpra meio século sobre a divulgação da tese complementar de doutoramento de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (ALMEIDA, 1978), uma obra seminal que definiu as principais linhas com que se desenvolveu toda a posterior investigação sobre as fortificações altomedievais do Norte de Portugal. A essa e a outras obras do mesmo autor (ALMEIDA e LOPES, 1981-82; ALMEIDA, 1980, 1989, 1992 e 1993), bem como às de Mário Jorge Barroca (BARROCA, 1990-91, 1998, 2003a, 2003b, 2003c, 2004, 2008-09, 2016 e 2017), devemos o essencial daquilo que conhecemos sobre os primeiros castelos construídos nesta região, os quais são, por norma, atribuídos ao período correspondente à integração nos domínios do reino asturiano.

Promovendo o sistemático confronto entre os dados de natureza documental e os levantamentos de campo, nos últimos anos têm-se multiplicado os trabalhos que incidem, total ou parcialmente, sobre a área geográfica aqui abordada, os quais, no essencial, dão sequência à obra e à metodologia de investigação dos dois autores acima mencionados. Entre os estudos de âmbito regional

mais alargado, permitimo-nos lembrar os que se debruçaram especificamente sobre a região do vale do Douro, incluindo os nossos próprios contributos e os de Ricardo Teixeira, quer individualmente (LIMA, 1993, 1999, 2009, 2010-11, 2012, 2013; TEIXEIRA, 2002, 2008, 2011), quer em colaboração (LIMA e TEIXEIRA, 2010).

Ainda de âmbito regional, e na mesma linha metodológica, merecem realce os estudos recentes de Andrea Mariani sobre os castelos do território diocesano do Porto (MARIANI, 2017, 2020), de Maria José Santos sobre os da terra medieval de Penafiel de Canas (SANTOS, 2005), de António Manuel Silva e Manuela Ribeiro sobre os da terra medieval de Arouca (SILVA, 2011; SILVA e RIBEIRO, 2013), e o de Tiago Carmo sobre os da orla litoral na margem Sul do Douro (CARMO, 2016).

No que respeita a trabalhos monográficos, incidindo sobre fortificações altomedievais no vale do Douro, e não obstante a existência de numerosos trabalhos arqueológicos cujos resultados tardam em ser dados à estampa, começamos a dispor, nas últimas duas décadas, de algumas publicações com novidades interessantes para o tema. Desde logo, destacamos aquelas que têm por suporte os resultados de intervenções arqueológicas, nomeadamente as realizadas nos castelos de Arouca (SILVA e RIBEIRO, 2006-07, 2014a e 2014b), Crestuma (SILVA, 2014, SILVA e GUIMARÃES, 2011, 2013a e 2013b, SILVA, PEREIRA e CARVALHO, 2015, SILVA e SOUSA, 2014), Feira (TEIXEIRA, 2017) e Paiva (LIMA, 2014 e 2019), todos eles na margem Sul do Douro, bem como em Aguiar de Sousa, concelho de Paredes (LIMA, 2008, COSTA e SILVA, 2012) e Cidadelhe, concelho de Mesão Frio (SILVA, 1986: 274; LEMOS, 2015; VAZ *et alii* 2016) na margem Norte.

Por fim, e no que respeita aos “centros urbanos” altomedievais da região aqui abordada, presume-se que no momento das respetivas presúrias, já dis-

pussem de algum tipo de dispositivo de defesa, uma vez que todos eles – Gaia, Porto e Lamego – foram herdeiros de antigos núcleos de povoamento romano, mais tarde paróquias suevas – respetivamente *Portucale Castrum Antiquum*, *Portucale Castrum Novum* e *Lamecum*. Nos casos do Porto e de Lamego, estão documentados como sede diocesana, quer no século VI (DAVID, 1947: 30-44), quer no século IX (CARRIEDO, 1998-99: 343).

Sobre *Portucale*, a bibliografia é muito vasta. Porém, são relativamente raros os testemunhos materiais atribuíveis aos séculos VIII-X e mais raros ainda aqueles que podem ser interpretados como vestígios do seu sistema defensivo. Por constituírem sínteses mais recentes sobre o tema e recolherem o essencial da bibliografia anterior, permitimo-nos aqui destacar os textos de Manuel Luís Real e António Manuel Silva (SILVA e REAL, no prelo; SILVA, 2017). Por conterem os resultados de intervenções arqueológicas ou procederem ao estudo de materiais que são importantes para o conhecimento da ocupação altomedieval no Porto e Vila Nova de Gaia, faremos também alusão aos trabalhos dirigidos por J. A. Gonçalves Guimarães, Teresa Pires de Carvalho e André Nascimento na área do Castelo de Gaia (GUIMARÃES, 1995; CARVALHO, 2003; NASCIMENTO, SOUSA e SILVA 2008; NASCIMENTO *et alii*, 2020) e à recente reanálise dos materiais arqueológicos altomedievais procedentes da escavação na Rua de D. Hugo, no Porto (REAL *et alii*, 1985-86), feita por João Luís Álvares Veloso (VELOSO, 2021).

Quanto a Lamego, têm-se multiplicado, nas últimas décadas, as intervenções arqueológicas, mas o aumento do nosso conhecimento sobre a sua ocupação na Alta Idade Média está longe de acompanhar esse crescimento. Para além dos já citados trabalhos de Ricardo Teixeira, teremos aqui em conta a mais recente síntese sobre a cidade altomedieval, da autoria de Paulo Almeida Fernandes (FERNANDES, 2021).

3. DEFESA, CONTROLE, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E FORTIFICAÇÃO DO VALE DO DOURO NAVEGÁVEL, DE AFONSO I A ORDONHO I (739-866)

O grau de incerteza com que lidamos, quando abordamos o território do vale do Douro navegável no período anterior ao reinado de Afonso III, é tão elevado, que se impõe a revisão de todos os dados de que dispomos para essa análise, começando, desde logo, pela documentação.

Os documentos

Os raros documentos com relevância para esta região e data anterior ao reinado de Afonso III que chegaram até nós, são todos considerados falsos, mal datados ou interpolados, o que condiciona muito o seu uso. Por seu lado, as escassas notícias inseridas em crónicas de origem árabe ou asturiana que, sendo de redação posterior, aludem de forma retrospectiva a factos anteriores ao rei Magno, também não estão isentas de problemas.

No primeiro caso, está um diploma do *Livro Preto* da Sé de Coimbra, dois do *Liber Testamentorum* do Mosteiro de Lorvão e três do *Liber Fidei* da Sé de Braga. O primeiro está datado de 773 (LP 454 = PMH, DC, 1) mas a data que apresenta está manifestamente errada (cfr. p. XXV da edição crítica do *Livro Preto*). Os dois diplomas do *Liber Testamentorum* (LT 41 = PMH, DC, 2 e LT 47 = PMH, DC, 3) estão ambos atribuídos, nos *Portugaliae Monumenta Historica*, ao reinado de Ordonho I (850-866). Os editores do *Liber Testamentorum* hesitam, para o primeiro, entre as datas de 777 e 857, e para o segundo, entre as de 811 e 911. Porém, Rui de Azevedo (citado em LT 41) atribui o primeiro a [911-924] e Manuel Luís Real provou que o segundo datará, de facto, de 911 (REAL, no prelo).

Quanto aos três documentos inseridos no *Liber Fidei* (LF 12 = 141, LF 16 e LF 17/18), nenhum está isento de problemas. O primeiro, datado de 832,

é considerado, pelo seu editor, uma falsificação dos séc. XI-XII (LF, 24, nota 1). O segundo ostenta a data de 840, mas está claramente antedatado, pois refere-se à reunião da cúria régia de Afonso III em Braga, e foi criticamente atribuído a 873 (LF, 33-34, nota 1). O terceiro também se refere a Afonso III. Nele figura a data de 835, que foi corrigida pelo seu editor para [905-910].

O facto de nenhum dos seis documentos atrás referidos, supostamente anteriores a 866, poder ser atribuído a um período anterior às presúrias de Afonso III, não os torna totalmente inúteis para o tema que agora nos ocupa. Interessa-nos, em particular, o conteúdo de um deles (LF, 12), pois reporta-se a factos que também nos são transmitidos pelas crónicas, aos quais adiante voltaremos.

Apesar de todos os problemas que a documentação coloca, não podemos deixar de aqui também referir os documentos que aludem às supostas presúrias do bispo Odoário “*o Africano*”, que terão incidido, entre outras regiões, sobre a de Braga, em data não especificada, mas que se presume ainda no século VIII (DÍAZ DE GARAYO e CASTRO, 2020: 22-23). Mesmo que não tivessem âmbito geográfico muito alargado, a serem verídicas, as ações de presúria patrocinadas por Odoário não teriam sido meras expedições ou “fossados”, sem expressão no domínio efetivo e prolongado das áreas presuriadas. Um dos escasos diplomas que a elas se refere é claro ao afirmar que as terras por ele assim obtidas se mantiveram na sua posse até à sua morte (LF, 22).

As crónicas

As crónicas, árabes e cristãs, são relativamente férteis em referências avulsas a razias e campanhas de curta duração, quer de iniciativa cristã quer promovidas pelas forças leais a Córdoba, que, pelo menos de passagem, poderão ter afeta-

do esta região, bem antes da ascensão de Afonso III ao trono de Oviedo.

Um recente e muito útil trabalho de Iván Pérez Mariñas dá-nos conta, por exemplo, da expedição de Afonso II a Lisboa em 795 (PÉREZ, 2014: 75). Em sentido contrário, regista-se a campanha que em 808-809 levou Hišam ibn al-Hakam até à região de Coimbra, a expedição dirigida contra Viseu e Coimbra pelos irmãos Abbas al-Quraši e Malik al-Quraši em 825-826 (PÉREZ, 2014: 76), e a que foi dirigida à região de Viseu e comandada por al-Walid ibn al-Hakam em 838, para além de muitas outras iniciativas muçulmanas cujo destino mais concreto se ignora, dirigidas contra a *Yillîqiyya* à qual o *al-Muqtabis* II-1 chama “*país dos Castelos*” (IBN ḤAYYĀN, 2001: 292).

A todas as anteriores, será ainda de acrescentar o relato das Crónicas Asturianas (*Rotense e ad Sebastianum*) sobre a expedição de Ramiro I a Sevilha, na sequência da luta contra uma expedição normanda que será a que teve lugar no verão de 844 (GIL, MORALEJO e RUIZ DE LA PEÑA, 1985: 216-217).

As referências das crónicas a incursões não duradouras que afetaram o território atualmente português não se ficam pelas agressões mútuas entre as forças leais a Córdoba e os aliados da coroa de Oviedo. No período em análise, também existem referências a incursões vikings, nomeadamente a acima referida, em 844, e uma outra em 859-862 (MARQUES, BARROCA e AMARAL, 2018: 172) que poderão ter tido reflexos no incremento dos sistemas defensivos existentes na região.

A maior relevância destas referências não reside, porém, na determinação de “áreas de influência estável” de cada uma das formações estatais em oposição, pois aquilo que as caracteriza é, precisamente, o seu carácter efémero, já que delas não resulta o estabelecimento permanente de contingentes militares nem o efetivo domínio das fortificações que têm por alvo. Mas elas revelam,

de forma exemplar, que só os centros urbanos constituíam verdadeiros desafios à capacidade atacante dos exércitos reunidos para levar a cabo as incursões, e não se dá conta da existência de quaisquer sistemas defensivos que incluíssem fortificações de nível intermédio que pudessem, sequer, refrear o avanço destes contingentes, cuja força residia, em grande parte, na sua mobilidade.

Por outro lado, delas resulta claro que, entre o reinado de Afonso I e o início do de Afonso III, na faixa litoral, a Norte da linha Viseu – Coimbra, nenhuma outra fortificação ou centro urbano constituía alvo estratégico, cuja conquista merecesse ser registada para a posteridade. O Entre Douro e Mondego seria, então, um verdadeiro “*território sem Estado*” (MARTÍN, 2021), no qual a volatilidade das alianças entre os diferentes poderes regionais aí instalados, e entre eles e Córdova ou Oviedo, se materializou naquilo a que Eduardo Manzano chamou uma “*fronteira de lealdades imprecisas*” (MANZANO, 1991:189).

À parte as mais ou menos empoladas referências a incursões, num ou noutro sentido, as crónicas árabes e cristãs legaram-nos também o testemunho de duas outras situações que merecem reflexão. A primeira é a bem conhecida passagem das crónicas asturianas que se refere à ação de Afonso I sobre o vale do Douro:

Diz-nos a Crónica Rotense que

“Afonso (...) na companhia de seu irmão Frue-la, fazendo avançar o seu exército, tomou pela guerra muitas cidades, a saber: Lugo, Tuy, Porto, Anegia, Braga a metropolitana, Viseu, Chaves (...)” (GIL, MORALES, RUIZ DE LA PEÑA, 1985: 206).

Acrescenta depois uma referência aos “castelos com suas vilas e aldeias, matando pela espada aos árabes e levando consigo os cristãos para a pátria” (*idem*: 208).

No que ao vale do Douro navegável diz respeito, é de assinalar a inclusão de Anegia (Eja, Penafiel) em

apenas uma das versões das Crónicas, a *Rotense*, e a omissão de Lamego (no percurso entre Chaves e Viseu, ambas aí referidas) nas duas versões.

É sabido que esta afirmação foi um dos pilares da tese que defendeu o ermamento do vale do Douro no séc. VIII, de que foram precursores Alexandre Herculano, em Portugal, e Cláudio Sánchez-Albornoz, em Espanha, tese essa que está hoje desmentida pela reinterpretção das fontes históricas, arqueológicas e toponímicas. A questão que se coloca é a de saber se esta referência das Crónicas Asturianas se trata “*apenas*” de uma retroprojeção das ações militares efetivamente levadas a cabo por Afonso III, com o intuito de legitimar o seu estatuto e enaltecer a sua ação (ESCALONA, 2004); ou se ela teve por base acontecimentos que, mesmo podendo ser reais, foram empolados na dimensão e alcance das suas consequências, quer militares, quer sociais, acontecimentos esses que poderão ter sido, tão só, incursões militares, de alcance limitado e temporário, como as outras a que anteriormente aludimos e que se encontram atestadas por outras fontes.

A segunda situação que nos suscita reflexão é a passagem que nos relata os acontecimentos ocorridos na década de 30 do séc. IX, na sequência da sedição berbere de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār em Mérida, e do seu posterior refúgio em terras do Norte, sob proteção de Afonso II (GIL, MORALES, RUIZ DE LA PEÑA, 1985: 214-5).

Antes de mais, devemos salientar que este “episódio” foi registado para a posteridade por outras fontes. A ele se refere, em especial, o *Al-muqtabis* II-1⁴ de Ibn Ḥayyān, que é claro ao afirmar que Maḥmūd se acolheu na *Yilliqiyya* (Galiza)

“*amparando-se no tirano Afonso [II], rei dos asturianos*” onde se instalou numa “*fortaleza*

4 Também no *al-Muqtabis* II-2 haverá uma referência, mencionada em nota de rodapé à edição do II-1 (Ibn Ḥayyān 2001: 305, nota 647). Porém, está por publicar a tradução da edição árabe desta crónica (Ibn Ḥayyān, *Al-Muqtabis min anba’ ahl al-Andalus*, ed. M. A. Makki, Beirut, 1973), pelo que não a pudemos confirmar.

que hoje leva o seu nome, na fronteira, junto da planície que dá ao território muçulmano (...) fazendo prosperar a região e construindo fortalezas e aldeias nos arredores” (IBN ḤAYYĀN, 2001: 304-305).

O *al-Muqtabis* II-1 não nos dá mais informações sobre o local onde se terá instalado Maḥmūd. Já as Crónicas Asturianas avançam outros pormenores relevantes. Segundo a *Rotense*, quando Afonso II foi informado da traição de Maḥmūd e a ele se dirigiu, este ter-se-á refugiado “num castelo muito forte” onde foi cercado e morto (GIL, MORALEJO, RUIZ DE LA PEÑA, 1985: 214). A *Ad Sebastianum* acrescenta que esse castelo se chamava Santa Cristina (“*castro sancte Cristine*”) (*idem*: 175 e 215).

A identificação da área em que se terá instalado Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār não é uma questão menor: trata-se de um território que, em tempos de Afonso II, era considerado “*de fronteira*”, mas que, para todos os efeitos, estava sob controle asturiano, já que a instalação de Maḥmūd exigiu a anuência do soberano de Oviedo, que nisso viu uma oportunidade para dispor de um aliado, hostil ao emir de Córdoba, que lhe garantia “*proteção dos seus súbditos e barreira da sua terra*”, ou seja, uma primeira linha defensiva.

Por outro lado, na área onde já existia um forte castelo –o de Santa Cristina– Maḥmūd terá promovido a construção de mais “*fortalezas*” (IBN ḤAYYĀN, 2001: 305) naquele que é considerado o primeiro “*indício de incastellamento no século IX no território a Sul do Douro*” (CORREIA, 2010: 162).

Há décadas que as opiniões se dividem em duas correntes, quanto à região que serviu de palco a estes acontecimentos:

- Ao apontar de forma clara “*para algum lugar sem dúvida entre o Porto e Lamego*”, (LÉVI-PROVENÇAL, 1950: 209-210) foi, tanto quanto sabemos, o primeiro a sugerir o estabeleci-

mento de Maḥmūd na região sobre a qual trabalhamos. A hipótese ganhou consistência com o contributo do reputado filólogo Joseph Piel (1951) que não teve dúvidas em associar Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār à origem do topónimo Mafamude (Vila Nova de Gaia, na margem Sul do Douro, e junto à sua foz). Na sua esteira, foram publicados vários outros trabalhos, como o de H. Livermore (LIVERMORE, 1982). Mais recentemente, J. A. Gonçalves Guimarães (GUIMARÃES, 1989), Fernando Branco Correia (CORREIA, 2010: 140-170), Mário Jorge Barroca (BARROCA, 2016: 35-37) e Manuel Luís Real (SILVA e REAL, no prelo: 10-12), seguem a mesma linha de pensamento, aportando dados relevantes para a questão, nomeadamente os de natureza topográfica, toponímica e documental.

- Em sentido diferente de Lévi-Provençal e de todos os autores que seguem na sua linha, vão as interpretações de C. Sánchez-Albornoz (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1981: 150-152) que situa o cenário de toda a ação de Maḥmūd na região de Lugo. A questão foi recentemente trabalhada e sintetizada por Carlos Lixó Gómez, que dedicou a esta questão um capítulo da sua tese de doutoramento (LIXÓ, 2019: 229-241). Os argumentos de natureza documental e toponímica que são aduzidos em abono da região de Lugo não são menos convincentes do que os que são usados pelos autores portugueses, bem pelo contrário.

Do nosso ponto de vista, é seguro que o castelo de Santa Cristina, mencionado na *Ad Sebastianum*, onde Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār terá sido cercado e morto no ano da Hégira de 225 (Novembro de 839 – Outubro de 840), se situava na região de Lugo, no que vamos ao encontro do defendido por C. Sánchez-Albornoz, que o identifica com Santa Cristina do Viso. Esse castelo é mencionado no já referido documento nº 12 do *Liber Fidei* da Sé de Braga (LF, 12 = 141), e num outro diploma, inserido no *Tumbo Viejo* da cate-

dral de Lugo, aí datado de 841, e publicado pelo Pe. Manuel Risco na *España Sagrada* (RISCO, 1796: 373-379, Ap. XVI), onde é situado “*inter territorio Lemabus et Sarriae sub urbe Lucensi*”. Não ignoramos os problemas que se colocam quanto à data deste último diploma (SOARES, 1942: 202-203; LIXÓ, 2019: 238-9), mas esses problemas não invalidam o facto de ele reforçar a ideia de que o último reduto de Maḥmūd se situava nas proximidades de Lugo.

Não se pode descartar liminarmente a possibilidade de o *castro Mafamudi* da foz do Douro, referido em três diplomas do séc. X (PMH, DC, 54, 156 e 159, respetivamente de 944, 989 e 990), tal como a *villa de Mahamudi*, referida em 922 (PMH, DC 25) estarem relacionados com Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār. Ainda no vale do Douro navegável, o mesmo se pode dizer de Mafômedes (em Baião e em Santa Marta de Penaguião) e Moumis (Resende), este último já documentado em 946 como *villa Mahmutis* (PMH, DC 56). Poderão ter feito parte das aldeias (já que neles não se conhece castelo) com que, nas palavras de Ibn Ḥayyān (IBN ḤAYYĀN, 2001: 304-305) Maḥmūd fez “prosperar” a região?

Mas também não o podemos afirmar, sobretudo porque o topónimo *Mahamud* já se regista no Norte peninsular antes da chegada de Maḥmūd ibn ‘Abd al-Ġabbār e o nome próprio do Profeta é o mais comum dos nomes, entre os muçulmanos (LIXÓ, 2019: 235-236 e nota 101).

Ainda os documentos

O que os documentos coevos nos revelam sobre os escassos “centros urbanos” do Douro navegável, todos eles sedes diocesanas (Braga, *Portucale*, Chaves e Lamego), antes das presúrias de Afonso III, é, como vimos, muito pouco. Mas o facto de eles terem sido o primeiro alvo das presúrias do rei Magno é prova cabal de que manti-

veram o seu interesse estratégico. Já sobre a organização administrativa e defensiva do território rural, a informação é ainda menor, o que não significa que ela não existisse, sendo que a omissão a que ela é votada pelas fontes árabes e cristãs significará, sobretudo, que essa organização não era formalmente reconhecida, nem pertencia à iniciativa ou controle direto de nenhuma das formações estatais em contenda.

Mas é possível que a documentação posterior nos permita fazer alguma luz sobre as realidades sociopolíticas que existiriam nesta região aquando da sua integração na esfera de influência da monarquia asturiana, bem como sobre as elites locais que nelas exerceriam o poder, nomeadamente através da reinterpretação das referências documentais a *territoria* cuja existência não é institucionalmente reconhecida no quadro da reorganização administrativa implementada em tempos de Afonso III.

Reportamo-nos, sobretudo, a referências datadas do século X: *territorio Timillopus in ripam fluminis Durio* em [c. 928-929]⁵ (PMH, DC 101 = LT 57 e PMH, DC 107 = LT 58); *territorio Geronzo* em 946 (PMH, DC 56), *territorio Varganense* em 952 (PMH, DC 64), *territorio Arauca* em 956 (COELHO, 1988: doc. 1). Há, porém, outros *territoria* que podem ser vistos na mesma perspetiva, apesar de a referência documental ser mais tardia: *territorio Labrense* em 1033 (PMH, DC 281), *territorio Senabria* em 1067 (PMH, DC 459), *territorio Alvarenga* em 1087 (PMH, DC 687), *territorio Castro Portela* em 1098 (PMH, DC 870).

Timillopus, que hoje perdura na ribeira de Temilobos (Armamar), viria a integrar a área tutelada pela fortificação de *Aliovirio* (Mesão Frio); *Geronzo*,

5 No *Liber Testamentorum*, estes dois documentos estão datados, respetivamente, de 970 (PMH, DC 101) e 973 (PMH, DC 107). Porém, em estudo que será publicado ainda em 2022, Manuel Luís Real demonstrou que eles se devem atribuir a [928 – 929] (o segundo) ou a data pouco posterior (o primeiro) (Real, no prelo). Agradecemos ao autor a possibilidade de usar este dado.

Vargano, *Senabria* e *Alvarenga* (todas na área serrana do Montemuro) e *Arauca*, que a partir de Afonso III passariam a estar sob a alçada das *civitates* de *Anegia* (Penafiel) e *Lamego*; *Labra* (Matosinhos) ficava nas proximidades imediatas de *Portucale*; e *Castro Portela* viria a ser absorvida pela *civitas Sancta Maria* (Feira). Estas entidades arcaicas têm em comum o facto de jamais serem mencionadas no quadro da organização administrativa “oficial” do reino astur-leonês; de não lhes ser reconhecida a existência de uma fortificação central nem qualquer protagonismo militar no contexto do processo ao qual as crónicas chamam de “reconquista”; de não lhes serem conhecidas as respetivas elites dominantes; e, sobretudo, o facto de não lhes poder ser atribuído um espaço físico – aceite como tal pela monarquia – pois todas se situam em zonas claramente inseridas em áreas de diferente natureza jurídica e militar, e o mosaico das *civitates* em tempos de Afonso III é bem conhecido.

Só é possível explicar as referências a estes *territoria* se eles forem entendidos como formas de organização sócio-espacial anteriores à expansão do reino asturiano, relativas a áreas de poder tradicional e tuteladas por elites locais. Serão como que reminiscências de comunidades de povoamento autóctone, características de uma época em que a região não estava dependente de uma administração centralizada e que a documentação “fossilizou”. E correspondem a áreas cuja origem pode, nalguns casos, remontar à proto-história e época romana, enquanto noutros a sua formação terá eventualmente ocorrido durante as transformações políticas e sociais que se seguiram à queda do Império romano. A presença destas entidades, que permanecem em grande parte desconhecidas, chama a nossa atenção para o substrato populacional das regiões que vieram mais tarde a ser absorvidas pela organização institucional imposta no quadro da sua integração na monarquia asturiana; e revela-nos realidades que correspondem a poderes anteriores, certamente exercidos por elites locais com alguma ca-

pacidade de ação política. Algo que tem vindo a ser reconhecido noutras regiões do Norte peninsular (CARVAJAL, 2012: 603) e que nós próprios também julgamos poder vislumbrar na região de Lafões (LIMA *et alii*, 2021: 258-261).

Estas entidades, por outro lado, constituem o mais antigo testemunho, em tempos pós-imperiais, de estruturas sociopolíticas relacionáveis com espaços físicos e humanos concretos. Porém, até ao último terço do século IX, não é possível reconhecer neste território qualquer tipo de organização defensiva de carácter supralocal. Em boa verdade, não é possível, sequer, reconhecer quaisquer fortificações, enquanto estruturas especificamente erguidas para exercer funções de cariz militar e desempenhar algum papel enquanto centro de poder e afirmação de domínio sobre um dado território, o que se reflete no facto de, até ao momento, não ter sido possível identificar os eventuais “castelos” que pudessem presidir aos *territoria* mais arcaicos. O que nos remete para uma breve análise dos escassos testemunhos materiais que nos são facultados pela arqueologia da Alta Idade Média no vale do Douro navegável.

Testemunhos Arqueológicos

Quer no período correspondente aos reinos suevo e visigodo (GUTIÉRREZ, 2014; TEJERIZO e RODRÍGUEZ, 2021), quer ao longo dos primeiros 150 anos da monarquia asturiana (SÁNCHEZ PARDO, 2012: 38-44) é atualmente reconhecida, no Noroeste peninsular, a existência de uma conjuntura política e social propícia à construção de novas / utilização de antigas fortificações, enquanto expressão de uma sociedade em processo de crescente hierarquização.

Será, pois, apenas uma questão de tempo até que a investigação arqueológica comece a ser capaz de distinguir os contextos e materiais dos séculos VIII e IX daqueles que correspondem às épocas imedia-



Figura 4. Castelo de Gaia. Intervenção arqueológica na Quinta de Santo António. Basílica e necrópole altomedieval (Fotografia: © Empatia – Arqueologia, Conservação e Restauro, Lda.)

tamente anterior e posterior a esta, em especial nas intervenções que se realizem em castros, como, por exemplo, as que já se conhecem para as regiões do Minho (FONTES, 2012), Trás-os-Montes (BARROCA, 2004: 183) e Beiras (REAL, 2013). Por enquanto, na região do vale do Douro navegável, teremos de nos conformar com a ausência de informação arqueológica a este respeito.

Num recente e meritório esforço de sistematização de dados, Andrea Mariani (MARIANI, 2020: 123-345) ensaiou uma atribuição cronológica das fortificações que inventariou na diocese do Porto, o que o levou a apresentar um conjunto de 17 elementos defensivos atribuíveis

ao século IX (*idem*: mapa da p. 571 e quadro das pp. 911-912). Porém, verifica-se que tal atribuição se baseia, essencialmente, em dados documentais, todos eles de Afonso III ou posteriores. Em apenas seis casos – castros de Pinouco e do Monte Pedroso (Lousada), *Portucale Castrum Novum* (Porto), *Portucale Castrum Antiquum* e Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia) e Castelo de Valinhas (Arouca) – são invocados os resultados de intervenções arqueológicas para fundamentar a atribuição cronológica ao século IX – mas nenhum deles é seguro.

Não podemos deixar de aqui salientar três sítios, dos quais muito ainda se pode esperar para a



Figura 5. Muralha das Portas de Montemuro (Cinfães / Castro Daire) (Fotografia: © José Carlos Madureira)

compreensão dos diferentes modelos de fortificações desta região antes das presúrias de Afonso III: os castelos de Gaia e Crestuma e, por razões muito diferentes, a fortificação das Portas de Montemuro (Cinfães / Castro Daire),

No primeiro deles, além de todo o historial de ocupação aparentemente contínua do sítio ao longo dos últimos dois milénios, registam-se os resultados de uma intervenção arqueológica da responsabilidade de Teresa Pires de Carvalho que revelou um alinhamento de “buracos rectangulares, quadrados e subrectangulares” que foram interpretados como “fundações duma provável paliçada feita em materiais perecíveis” e datados “entre os séc. VII e IX” (CARVALHO, 2003: 829-830). O que, a confirmar-se, seria o primei-

ro vestígio de uma fortificação altomedieval em madeira identificada no vale do Douro.

Estes elementos não podem ser dissociados de outros, identificados por André Nascimento, Laura Sousa e Nuno Silva na Quinta de Santo António, ainda dentro da área do *Castelo de Gaia* (Fig. 4). Neles se inclui um conjunto edilício claramente relacionável com a presença de uma elite regional, com materiais de prestígio e elementos arquitetónicos de elevada qualidade, ao qual estão associadas a reformulação de estruturas tardorromanas e uma necrópole atribuível aos séculos VIII/IX (NASCIMENTO, SOUSA e SILVA, 2008). Curiosamente, também aí se identificam negativos pertencentes a estruturas construídas com materiais perecíveis, embora não lhes tenha

sido feita qualquer atribuição cronológica (NASCIMENTO, SOUSA e SILVA, 2008: 28-29).

No caso do castelo de Crestuma, situado a escasos 13 km., em linha reta, do de Gaia, e como ele alcantilado sobre o Douro, os responsáveis pelo projeto de investigação arqueológica que aí se desenvolve não registam uma ocupação datável dos séc. VII-IX, apontando para um hiato entre os vestígios de ocupação tardo-antiga (séc. V-VI) e os que são relacionáveis com a “Reconquista” (séc. X-XI). Porém, registam também um extraordinário conjunto de negativos abertos no afloramento rochoso, incluindo incontáveis entalhes, aplanamentos da rocha e “buracos de poste”, que “poderiam ter servido para o assentamento de muros em pedra e/ou para a implantação de estruturas em materiais perecíveis” (SILVA, 2014: 409), o que em parte faz lembrar a estrutura que foi identificada no seu vizinho castelo de Gaia, aí atribuída aos séc.VII-IX.

Por último, recordamos aqui a majestosa muralha das *Portas de Montemuro*, erguida a quase 1300 metros de altitude, no alto da serra a que deu o nome (Fig. 5). O pressuposto de que a muralha configura um circuito fechado está certamente na base da proposta de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que sugere tratar-se de um “*recinto de refúgio*” (ALMEIDA, 1980: 16-17) ou “*recinto defensivo*” da Alta Idade Média, pondo-o em paralelo com a fortificação que se reconhece no castro de Vandoma, em Paredes (ALMEIDA, 1989: 43).

Porém, não há indícios de que se trate de um circuito fechado e tudo aponta para uma estrutura de caráter linear. Os troços visíveis à superfície representam uma barragem com cerca de 550 metros de comprimento, a qual, devido às suas dimensões (altura máxima atual de 1,2 metros e espessura média de 3 metros) constituiria uma barreira intransponível, especialmente eficaz para contingentes militares que incluíssem cavalaria ou meios de transporte sobre rodas (LIMA, 2012).

Pela sua configuração, técnica de construção e posição topográfica, bem como pelo efeito barragem conseguido numa passagem de montanha para a qual dificilmente se conseguiria alternativa, esta estrutura em muito se assemelha às que têm vindo a ser identificadas na zona das Astúrias, nas proximidades de vias romanas (CAMINO, ESTRADA e VINIEGRA, 2007a e 2007b; GUTIÉRREZ, 2011: 347-350).

Faltam-nos ainda intervenções arqueológicas para obter datações mais precisas. Porém, é certo que em meados do séc. X esta estrutura já tinha sido abandonada e parcialmente destruída, sendo referenciada desde 960 como “*muro fracto*” (PMH, DC 81).

4. O DOURO NAVEGÁVEL EM TEMPOS DE AFONSO III

As presúrias e sua geografia (Fig. 6)

Se muitas dúvidas subsistem sobre a real capacidade de intervenção da monarquia asturiana no território do Douro navegável antes das presúrias de Afonso III, é, pelo contrário, consensual que esta região se integrou efetivamente nos seus domínios com a ação deste monarca e da de um restrito conjunto de magnatas que, ostentando o título de *comite* (“conde”) ou *dux* (“duque”), agem por vezes a mando do rei, outras vezes à sua margem, outras vezes ainda em aberto conflito com ele.

O rápido progresso da integração desta região nos domínios da coroa asturiana concretizou-se nos primeiros quinze anos do reinado de Afonso III, ao longo de três eixos, de sentido Norte-Sul ou Noroeste – Sudeste, perpendiculares ao Douro navegável:

- O primeiro corresponde à faixa litoral, sobre a qual corria a antiga estrada romana de *Bracara Augusta* a *Olisipo* (a via XVI do célebre “*Itinerário de Antonino o Pio*”). Neste eixo, inte-

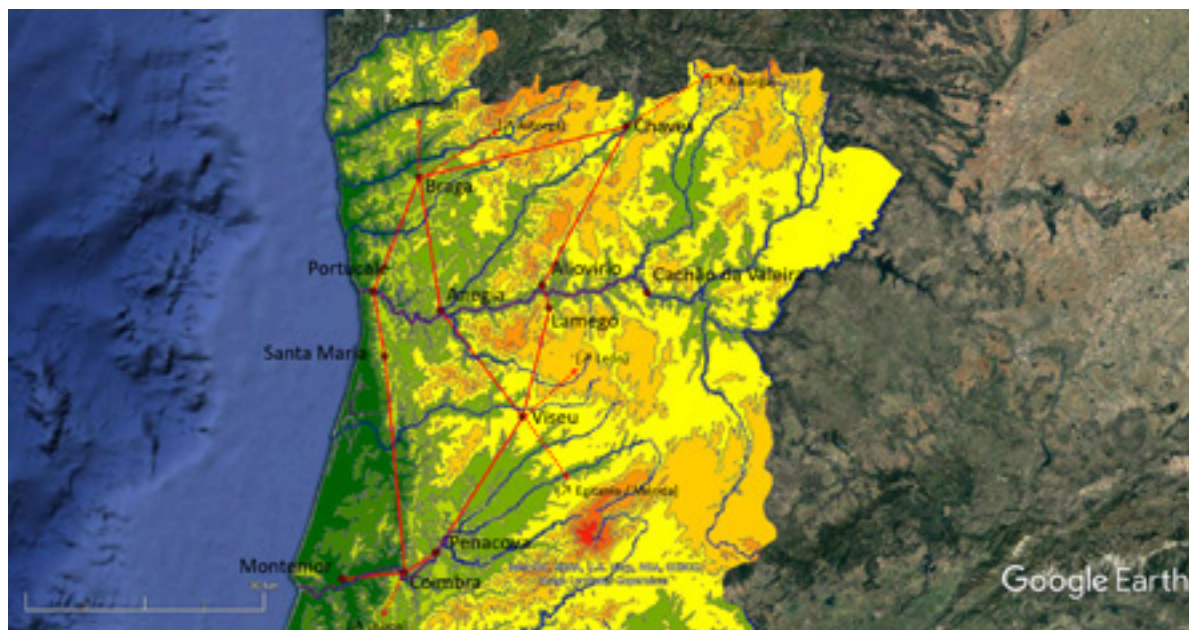


Figura 6. Centros urbanos, *civitates*, eixos de presúrias e rios navegáveis (séc. IX – X) (Base: Google Earth™ e Mapa Hipsométrico de Portugal continental, © Luís Correia Antunes)

gram-se, entre muitas outras, as presúrias de *Portucale* –por Vímara Peres, em 868 (PMH, *Script.*, p. 20)– a da *civitas Bracara* –onde se documentam presúrias a mando do conde Pedro Vimaranes⁶ (LF, 22) e onde já se reúne a cúria régia em [873] (LF, 16)– e a de *Conimbria* por Hermenegildo Guterres, em 878 (PMH, *Script.*, p. 20).

- O segundo eixo corresponde, do ponto de vista geológico, à falha tectónica Verín – Chaves – Régua – Penacova (TEIXEIRA, 2013), cujas características topográficas são favoráveis à existência de um canal de comunicação terrestre entre o Norte e o Sul, ligando as cidades e sedes diocesanas altomedievais de Cha-

ves, Lamego e Viseu. Também sobre este eixo se terá instalado uma via romana, embora ela não conste do já referido “Itinerário”. Neste eixo, a presúria de *Flavias* (Chaves), pelo Conde Odoário, documenta-se em 872 (TC 265). As datas precisas das presúrias de Lamego e Viseu não ficaram registadas para a posteridade, mas são seguramente anteriores a [881], pois figuram na *Albeldense* (GIL, MORALES e RUÍZ DE LA PEÑA, 1985: 250-251).

- O terceiro eixo, de orientação NO-SE, liga o primeiro, a partir de Braga, ao segundo, na zona de Viseu, e também constitui um corredor de comunicação entre o Entre-Douro-e-Minho e as Beiras, facilitado pelas condições da orografia do território. De igual forma, também para este “canal” natural de ligação entre o Norte e o Sul tem sido apontada a existência de uma antiga via romana, ligando *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta*, também ela ausente do “Itinerário”. Neste eixo, desde 875 que se documenta uma nova *civitas*, a de *Anegia*

6 Sobre este conde, cuja ação, enquanto presor, era anunciada e legitimada pelo uso do corno régio de Afonso III [“*domno adefonso maior corno de ipse rex per manu comite petrus vimaraz preserunt ipsas uillas*”) não parece haver mais nenhum testemunho documental. Por alguns é considerado um dos filhos de Vímara Peres. Por outros, é considerado inexistente, se se tomar a referência do LF 22 como um equívoco (cfr. Fernandes, 1978: 94-95).

(PMH, DC 8) cujo controle não pode deixar de ser condal, eventualmente do próprio Vímara Peres († 873) e, posteriormente, da sua estirpe. Mas é certo que, ao longo deste eixo, atendendo à ausência de centros urbanos, as presúrias de iniciativa particular devem ter adquirido maior importância. Assim o dão a entender as que se documentam em ambas as margens do Douro, em Souselo (Cinfães) (PMH, DC 6 e 7, de 870 e 874), Soalhães (Marco de Canaveses) (PMH, DC 8, de 875) e Lardosa (Rans, Penafiel) (PMH, DC 9, de 882), esta última atribuída a dois moçárabes.

O progresso das presúrias de iniciativa asturiana faz-se de forma evidente, e praticamente em simultâneo, ao longo destes três grandes eixos de comunicação entre dois mundos, aos quais, para completar o quadro geográfico em que se moveram os presores e as populações que os acompanharam, ainda teríamos que juntar a própria navegação fluvial, a que já aludimos, bem como a navegação atlântica de cabotagem, cuja importância como forma de comunicação entre o Norte e o Sul, está plenamente atestada e descrita no que nos chegou da obra de al-Idrīsī (REI, 2012: 135 e ss.).

Em todo este vasto território, a presúria afirmar-se-ia como o mecanismo preferencial de afirmação do domínio asturiano. Naquilo que parecer ser uma característica específica da forma como este processo se implementou no Norte de Portugal (AMARAL, 2007: 59), e no vale do Douro em particular, a presúria revestia-se de um carácter solene e constituía uma verdadeira encenação de poder, já que os novos senhores dos locais presuriados se faziam anunciar –e legitimar– pelo toque do corno e ostentação do estandarte régio (“*cum cornu et cum albende de rege*”; cfr. PMH, DC 5 e 6 e LF 22).

As que chegaram ao nosso conhecimento serão, apenas, a “*ponta do iceberg*”. Não faltam testemunhos de que as presúrias “oficiais” abriam caminho à apropriação de muitos outros bens imóveis

por parte do séquito que acompanhava os condes que as lideravam. Vejam-se, apenas a título de exemplos para o Norte de Portugal e Galiza, as expressões “*venit Odoarius cum colegas suos et fecerunt presuras per undique locus in regione Callecie*” (TC 252, do ano 1000); e ainda a que nos revela que “*uenit dux Pelagius Vermudiz cum aliis ducibus qui de suo genere erant ad prendendum terram*” (AZEVEDO, 1945: doc. 1).

Há muito que se discute o carácter “militar” das presúrias, mesmo daquelas que incidiram sobre os maiores centros urbanos desta região. No vale do Douro, não há quaisquer evidências de elas terem constituído verdadeiras “conquistas”. E a própria presúria de *Portucale* só terá sido possível por ter aproveitado uma conjuntura particularmente difícil, quer para o emir de Córdoba, quer para o novel rei Afonso III, ambos a braços com revoltas internas, numa situação propícia à iniciativa, mais ou menos autónoma, de Vímara Peres (REAL, *no prelo b*). O que é certo é que, de acordo com o *al-Muqtabis* II-2, pouco depois da presúria, a zona de *Burtuqâl* constituía um autêntico protetorado de um muladi, *Sa’dûn Ibn Fath al-Surunbâqui* (IBN HAYYÂN, cit. por KÖNIG, 2015: 304), sinal de que Afonso III, tal como os seus antecessores, continuava a precisar do apoio dos rebeldes hostis ao emir de Córdoba para garantir o controlo nas áreas de fronteira. Já no vale do Mondego, a situação terá sido distinta, e não pode ser vista como uma simples iniciativa política para legitimar o controlo territorial por parte da monarquia asturiana (REAL, *no prelo b*).

As “linhas defensivas” de Afonso III

Não há qualquer evidência de que possa ter havido iniciativa régia direta, por parte de Afonso III, no sentido de dispor, nesta região, de uma fortificação que pudesse constituir sede palatina para a estadia temporária do rei e sua corte. Pelo que não será de esperar que as inovações e

o grau de sofisticação e luxo patentes no programa arquitetónico de Afonso III para o castelo de Gauzón –apesar de este poder ser considerado como o modelo que inspirou “*uma boa parte das fortalezas erigidas nos séculos XI/XII*” (MUÑIZ e GARCÍA, 2012: 96)– tenham sido implementados em nenhuma das fortificações do Douro navegável. Sabemos hoje que o referido castelo passou a dispor, ainda no séc. IX, de uma igreja castral, espaços residenciais com câmaras, aulas e dependências privadas construídas com materiais de grande dignidade, e um sistema defensivo complexo constituído por uma torre, muralhas pétreas e terraços escalonados (*idem*).

Assim sendo, em termos de arquitetura militar, o maior grau de complexidade que poderemos esperar encontrar nesta região manifestar-se-á nas fortificações de iniciativa condal, ou seja, nos centros urbanos e nas *civitates*, promovidas a lugares centrais de vastos *territoria* colocados sob sua alçada.

Do ponto de vista defensivo, a ação de Afonso III sobre o território incorporado no seu reino logo nas duas primeiras décadas do seu longo reinado caracterizou-se pelo controle dos principais centros urbanos – Braga e Chaves, Porto e Lamego, Coimbra e Viseu – e pela implementação de duas linhas defensivas principais.

À semelhança do que se documenta ao longo da vertente Sul dos montes Cantábricos e, mais tarde, da Meseta (GUTIÉRREZ, 1992: 32), são criados dois alinhamentos de fortificações ao longo da margem Norte do curso navegável dos rios Douro e Mondego⁷. Em cada uma das linhas, essas fortificações são mais ou menos equidistantes

entre si, e têm uma estratégica localização sobre os principais pontos de travessia desses importantes rios, no local em que as grandes vias a que aludimos anteriormente os intersectam:

- No Douro, compõem essa linha as *civitates* de *Portucale* (Porto), *Anegia* (Eja, Penafiel) e *Aliovirio* (Cidadelhe, Mesão Frio), que, distanciadas entre si cerca de 30-40 km, controlam a travessia e a própria navegação fluvial nos locais onde faziam a travessia os que usassem as antigas estradas romanas. Cada uma destas *civitates* passa a constituir sede de um vasto *território*, e cada um destes três *territoria* poderá ter, pelo menos temporariamente, abrangido as duas margens do Douro⁸.
- De acordo com o já citado diploma de 922, cada uma destas *civitates* dispunha de um porto fluvial: o que ligava os atuais Porto e Gaia (ambos designados *Portucale* em época sueva), o *porto civitatis Anegia* (junto à foz do rio Tâmega) e o *portu de Aliovirio* (que corresponde ao que na Baixa Idade Média é designado “*porto de Moledo*”). O mesmo diploma não deixa dúvidas sobre a principal mais-valia desses portos e *civitates* para a monarquia asturiana: a cobrança de fretes (*nabulum*) e portagens (*portaticum*), ou seja, a exploração económica, quer da navegação fluvial, quer da travessia pelos que usassem as antigas estradas romanas que em cada um desses pontos encontrava o Douro.
- Sobre o Mondego, parece configurar-se igual tripartição do seu curso navegável, com as for-

8 *Aliovirio*, cujo topónimo hoje resiste no nome de duas freguesias, atualmente unidas, do concelho de Santa Marta de Penaguião (São Miguel e São João de Lobrigos), está documentado em 911 (PMH, DC 17), e corresponde a um antigo castro romanizado e ceca sueva. Aparece, cerca de [928-929] (cfr. nota 5), associado ao mosteiro de Bagaúste, na margem oposta do rio (PMH, DC 101 e 107); *Anegia* abrangeu, claramente, as duas margens do Douro, embora só se possa documentar a integração da margem Sul no seu território a partir de 952 (PMH, DC 64); quanto a *Portucale*, a integração da margem Sul na *civitas Sancta Maria* só está documentada a partir de 972. E nada prova que logo após a presúria da *civitas* conimbricense, o território desta se estendesse até ao Douro.

7 Tal como o Douro, o Mondego também era navegável na Alta Idade Média. O limite do seu curso navegável seria a foz do rio Dão (Alarcão, 2008: 25). E também como no caso do Douro, não se conhece a construção de pontes pétreas sobre o seu curso navegável antes do século XII, embora, no caso de Coimbra, se considere muito provável que aí tenha existido uma. Mas, como assume Jorge de Alarcão, disso não há provas (Alarcão 2012: 15).

tificações de Montemor-o-Velho, Coimbra e Penacova⁹, equidistantes cerca de 20 km, a controlarem o acesso de embarcações procedentes da costa marítima e a travessia a vau para os que, ao longo dos mesmos corredores naturais que marcam as passagens do Douro, utilizassem as antigas vias romanas de orientação Norte-Sul.

Testemunhos arqueológicos das *civitates* de Afonso III

Os centros urbanos

Teremos nós alguma prova de atividade construtiva dos primeiros presores asturianos nas estruturas defensivas dos “centros urbanos” do Norte de Portugal? Ter-se-ão eles limitado a utilizar – ou, quando muito, a reparar e manter, sem alterações estruturais detetáveis no registo arqueológico – os sistemas defensivos herdados de época romana e sueva?

É um dado seguro que os condes de *Portucale* deixaram a sua marca em vários edifícios da região de Braga/Guimarães: aí se documenta a construção de uma sede palatina na Costa (Guimarães), a construção do oratório de São Torcato (no mesmo concelho) a reforma da Sé Catedral e da basílica de Dume, bem como a reedificação do mausoléu de São Frutuoso (todos estes no concelho de Braga), entre vários outros testemunhos mais fragmentários (REAL, 2014). Porém, todos estes testemunhos –provenientes da arquitetura civil ou religiosa, mas ausentes da arquitetura militar– devem ser posteriores a 926, data a partir da qual se consolida a reorientação da estratégia patrimonial da família condal para esta

região (REAL, 2014: 38). E só em meados dessa centúria é que temos testemunho material e documental da construção de castelos de iniciativa condal no território portugalense, entre eles o bem conhecido castelo de Guimarães, cuja construção é justificada por ser necessário assegurar a proteção contra as investidas de “*gentios*”.

Já na linha do Mondego e nas Beiras, ter-se-á feito sentir bem mais cedo –muito provavelmente ainda em vida de Afonso III– o investimento condal na construção ou renovação das estruturas defensivas do território, porque o rápido afastamento da linha de fronteira para o Mondego, após a presúria de *Conimbria*¹⁰, terá canalizado para essas regiões as preocupações defensivas do reino asturiano.

Com efeito, têm sido, muito recentemente, identificados elementos que constituem prova clara da intervenção direta de Hermenegildo Guterres, presor de *Conimbria*, na própria Sé Catedral de Coimbra e no estratégico castelo de Montemor-o-Velho (REAL, *no prelo b*).

Por outro lado, acumulam-se as evidências de que remontará à fase emiral a origem dos chamados “castelos do Côa”, celebrizados pela doação que deles foi feita por Flâmula Rodrigues ao mosteiro de Guimarães em 960 (PMH, DC 81), e que constituem uma linha defensiva que se estende desde Trancoso até ao vale do Douro, ao longo das principais vias que ligavam a *civitas* de Viseu às principais cidades leonesas (LIMA e VIEIRA,

9 A data da presúria de *Conimbria* por Hermenegildo Guterres é bem conhecida; em Montemor-o-Velho, Manuel Luís Real acaba de identificar um excecional testemunho direto da ação do presor de Coimbra (Real, *no prelo b*); quanto a Penacova, que o mesmo investigador identifica com o *territorio Miranda* referido num diploma de 980 (LT 43), poderá ter sido uma iniciativa do clã de Lafões, instalado na região no final do século IX.

10 Insistimos no uso da grafia *Conimbria* porque entendemos muito pertinente a questão levantada por Manuel Real (*no prelo b*): o *Chronicon Laurbanense* atribui ao conde Hermenegildo [Guterres] a presúria de *Conimbria* (PMH, *Script.*, p. 20). E a *Albeldense* reporta-se ao facto de Afonso III [por intermédio do conde] ter tomado *Conimbria* pela força (*Conimbriam ab inimicis possessam*), distinguindo-a da situação de *Eminio*, que terá sido “povoada” e não conquistada (Gil, Moralejo e Ruiz de la Peña, 1985: 176-177). É, pois, possível que a conquista de *Conimbria* em 878, que nos é transmitida pelo *Liber Testamentorum* de Lervão, se reporte a Conimbriga e não a Coimbra, tendo a apropriação desta última pelo Conde Hermenegildo sido pacífica ou, pelo menos, previamente negociada.

2018: 237). Esses castelos deverão ser uma iniciativa construtiva do clã galaico-asturiano que, em rota de colisão com Afonso III, se instalou na zona de Lafões, cerca de 899-900, e as preocupações defensivas que manifestam poderão não estar relacionadas com ameaças vindas de Sul, mas sim provenientes do próprio reino asturiano, no contexto dos conflitos internos entre as elites “exiladas” e radicadas na região de Lafões/Viseu e o rei Magno (REAL, 2018: 310).

Mas no vale do Douro e a Norte deste rio, a situação terá sido diferente. Em Braga, são também conhecidos alguns escassos contextos arqueológicos atribuíveis a este período, nomeadamente na própria Sé Catedral e suas imediações (FONTES, LEMOS e CRUZ, 1997-98: 145; GASPAS, 1985) mas não é possível relacioná-los com eventuais reformas do sistema defensivo da cidade. Em Chaves, tais contextos não parecem existir, a julgar pela sua ausência do registo arqueológico. E em Lamego, tardam em ser identificados vestígios materiais desta época, não obstante ser segura a ocupação da cidade por Afonso III e o facto de o seu castelo ter a mais antiga referência documental do vale do Douro à existência de um *castellum* (PMH, DC 65, de 952). É certo que devemos a Ricardo Teixeira a identificação, na cerca que integra a torre de menagem românica, de “troços de aparelho construtivo mais antigo, reutilizando silhares e epígrafes romanas, juntamente com pedras que exibem o característico “talhe em cotovelo” do aparelho pré-românico” (TEIXEIRA, 2008: 45), mas faltam as escavações arqueológicas que permitam uma atribuição cronológica fina à fase mais antiga do castelo. E, por isso, mesmo as mais recentes sínteses que se ensaiam sobre esta importante fortificação duriense continuam a adiantar muito pouco sobre as estruturas que estavam em uso nos séculos IX e X (FERNANDES, 2021).

No caso de *Portucale*, não obstante as numerosas intervenções arqueológicas de salvaguarda no centro histórico da cidade, são muito raros os con-

textos e materiais arqueológicos atribuíveis a esta época. Merece destaque a intervenção arqueológica na Rua de D. Hugo (REAL *et alii*, 1985-86), em local adjacente à cerca da Baixa Idade Média, cujo espólio cerâmico tem vindo a ser alvo de revisão, o que permitiu a identificação de um contexto atribuível aos séculos IX-X (VELOSO, 2021: 65-71). Porém, não foi identificada nenhuma intervenção na estrutura defensiva que possa ser cronologicamente associada a essa fase.

As civitates “não urbanas”

Embora não fosse de esperar nelas a monumentalidade que caracteriza as defesas dos espaços urbanos, poder-se-ia pensar que as restantes *civitates* “não urbanas” do vale do Douro viessem a revelar-se mais promissoras para a caracterização das fortificações de Afonso III, pois, além de já todas terem sido alvo de intervenções arqueológicas, elas não padecem da destruição que habitualmente resulta da densidade e quantidade de construções erguidas nas cidades ao longo de mais de um milénio.

No caso da *civitas Anegia* (Eja, Penafiel), os resultados das intervenções arqueológicas junto da Capela de Nossa Senhora da Cividade (Fig. 7) – onde se crê que pudesse estar a estrutura defensiva condal documentada desde 875 – ainda não estão publicados, mas não parecem corroborar a presença dessa estrutura¹¹.

Quanto a *Aliovirio*, a sede da *civitas* tem sido identificada com o castro de Cidadelhe (Mesão Frio), o que faz todo o sentido se tivermos em consideração que o topónimo deriva claramente do nome de um povoado fortificado da Idade do Ferro (*-briga*). E, de facto, a torre de planta quadrangular com cerca de 36m² e grossas paredes de xisto com quase dois metros de espessura que aí foi identificada (SILVA, 1986: 274, nota 100), constitui, até ao momento, o

11 Agradecemos à Dra. Maria José Santos, Diretora do Museu de Penafiel e responsável pela intervenção arqueológica no esporão da Cividade de Eja, a gentileza da informação.



Figura 7. *Civitas Anegia*. Vista da Nossa Senhora da Cividade (Eja, Penafiel) para a foz do Tâmega e rio Douro (Fotografia: © António Manuel Lima)

melhor exemplo de uma estrutura erguida no vale do Douro, no contexto das presúrias asturianas (Fig. 8). O local está associado à realização, em 28 de setembro de 911, de uma

congregatio magna in locum predictum Aliobrio in presentia D. Hordonii et collecti omnes episcopi comites et capitanei territorio galeciense (PMH, DC 17).

Recentes intervenções arqueológicas nas muralhas castrejas de Cidadelhe não detetaram nelas nenhum sinal de obra pós-romana. Também ausentes estão os materiais e os contextos estratigráficos posteriores ao século I d.C. (LEMOS, 2015; VAZ *et alii*, 2016), o que dá a entender que a construção da referida torre constituiu apenas um

acrescento às condições defensivas pré-existent, sem que tenha havido uma reformulação generalizada do sistema defensivo herdado do povoado castrejo.

Relativamente à *civitas* de Santa Maria, sobre a qual se ergueu o castelo que herdou o seu nome, ainda é possível reconhecer a estrutura condal, formando um pátio sub-retangular com quatro torreões, correspondendo à área da atual “torre-alcáçova” (BARROCA, 2004: 188-189; TEIXEIRA, 2017: 16). Porém, em sintonia com as primeiras referências documentais a esta *civitas* (COELHO, 1988: 187, doc. II, datado de 972, e PMH, DC 120, de 977), esta estrutura não será anterior à segunda metade do século X, pelo que estes dados abonam



Figura 8. Alioviro. Torre altomedieval no castro de Cidadelhe (Mesão Frio) (Fotografia: © António Manuel Lima)

em favor da hipótese de a organização administrativa e militar implementada por Afonso III ter sido reformulada em meados do séc. X, em especial na margem Sul do Douro, com a criação da *civitas Santa Maria*, a expansão do *territorio* da *civitas Ane-gia* para a margem Sul, e um novo protagonismo da *civitas* de Lamego, cujo *castellum* é referenciado em meados daquela centúria.

Das linhas defensivas a uma possível “rede de castelos”

Como vimos, a documentação emanada e conservada pelos novos centros de poder da monarquia asturiana leva-nos a crer que aquilo que melhor

carateriza os momentos iniciais da integração deste território nos seus domínios é a ocupação dos principais centros urbanos e a implementação de “linhas defensivas” ao longo dos principais rios. Teoricamente, só numa fase posterior do processo de afirmação política e militar, no contexto da consolidação do domínio territorial, é que faria sentido a implementação de uma “rede defensiva”, constituída por um conjunto de fortificações de âmbito local, que garantisse condições de defesa e eventual refúgio para as populações.

No entanto, já o afirmamos, a expansão asturiana sobre o vale do Douro navegável não se fez sobre um território “desorganizado” e, muito menos, vazio de gente. Tudo indica que a emergência de

numerosos poderes locais colmatou o desaparecimento da estrutura política e administrativa visigoda, e que esses poderes de âmbito geográfico restrito mas efetivo, com capacidade para impor a sua autoridade sobre o território envolvente –um vale, uma serra, uma área de povoamento arcaico consolidado– podem ter expressado a sua afirmação através da promoção de novos centros de poder, em especial antigos povoados castrejos, já dotados de condições de defesa, quer naturais, quer artificiais, aos quais não será legítimo chamar castelos, mas que serão, seguramente, fortificações.

O processo de *incastellamento* da região pode, assim, ser visto na ordem inversa. Indo ao encontro do que defendem autores como, por exemplo, José María Mínguez, uma das vias preferenciais para a afirmação da monarquia asturiana em regiões como esta, das quais estava ausente qualquer poder de dimensão estatal, seria a cooptação das elites de âmbito local e a integração, sob seu domínio, dos lugares fortificados preexistentes, por essas elites patrocinados (MÍNGUEZ, 2016).

Na base da construção dessas fortificações, estaria a iniciativa das populações locais (BARROCA, 2004: 189), pelo que elas não resultariam de uma estratégia planeada pela nobreza condal, o que desde logo contraria a possibilidade de na sua origem estar a intenção de os fazer funcionar em rede.

A sua identificação tem sido feita com base em duas ordens de dados –os documentais e os arqueológicos– que parecem não ser facilmente compatibilizáveis. Isto é, por um lado, há muitas referências documentais que têm sido identificadas como alusões a fortificações e que, no terreno, não têm qualquer correspondência com vestígios materiais de estruturas defensivas; e por outro lado, há fortificações atestadas por trabalhos defensivos ainda hoje reconhecíveis, que, aparentemente, não deixaram qualquer rasto documental.

Este problema radica, em nosso entender, na metodologia de trabalho que tem sido utilizada

pelos que, nós próprios incluídos, se têm dedicado ao estudo das fortificações altomedievais do Norte de Portugal.

Numa linha de investigação que foi desenvolvida a partir dos pressupostos teóricos enunciados por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (ALMEIDA, 1978: 25), o uso de fórmulas de localização das propriedades em que as expressões “*subtus*” ou “*ad radicem*” aparecem associadas a montes, alpes e castros, tem sido interpretado como revelador da existência de relações de dependência militar entre umas e outros, pelo que os montes escolhidos como pontos de referência seriam, na realidade, locais fortificados.

Como o uso dessa fórmula parece ser ainda raro nos finais do século IX/inícios do século X¹², e como o seu uso é generalizado na centúria seguinte, a frequência com que ela é usada é, consequentemente, interpretada como reveladora do ritmo crescente do *incastellamento* na região, que atingiria o seu auge já em pleno século XI. Em sentido inverso, mas na mesma linha de interpretação, o desaparecimento do uso dessa fórmula é visto como sinal de “desencastelamento” (CARMO, 2016: 36), ou seja, de perda de protagonismo das estruturas defensivas para a organização do território e consequente abandono das mesmas.

Num dos seus últimos trabalhos sobre esta matéria, Mário Jorge Barroca (BARROCA, 2017), dando sequência às ideias que sempre tem defendido, fez alongada defesa desta interpretação.

12 Uma pesquisa no utilíssimo *Corpus Documentale Latinum Gallaeiae*, cuja base de dados está disponível em linha (<http://corpus.cirp.gal/codolga>), permite-nos perceber que o uso desta fórmula de referência geográfica remonta, pelo menos, ao reinado de Afonso II, registando-se os primeiros exemplos em diplomas referentes à região de Lugo, datados de 841 (*territorio + urbe*) e 854 (*mons + rio + territorio*). Mas a localização de propriedades tomando por referência uma elevação do terreno, mesmo que sem outro enquadramento territorial, é bem mais antiga. Regista-se a expressão “*subtus mons*” em documentos de 787 e 788, “*subtus castro*” a partir de 818, e “*ad radice*” desde 900. Na região do Douro navegável, alguns dos mais antigos diplomas coevos das primeiras presúrias já usam essa fórmula (PMH, DC 8 e 9, datados, respetivamente, de 875 e 882).

Nós próprios ensaiamos o estudo dos castelos do curso terminal do Douro baseados no mesmo pressuposto (LIMA, 1993).

Há muito que a questão suscita dúvidas¹³, mas só muito recentemente esta interpretação foi abertamente contestada (MARQUES, 2008: 147-151). Pela nossa parte, gostaríamos de resumir o que atualmente pensamos em duas breves afirmações:

- a. Existem provas seguras de que as referências documentais em causa não são sempre meras indicações de natureza topográfica;
- b. Nada nos autoriza a pressupor a existência de uma fortificação num determinado *mons*, *alpe* ou *castrum*, só porque ele serve de ponto de referência para a localização de propriedades na documentação dos séculos IX-XII.

Por outras palavras, nem sempre o *mons* escolhido se destaca na paisagem a ponto de justificar que tenha sido escolhido como ponto de referência, o que indicia a existência de outros motivos para o ter sido. Mesmo quando se destaca no horizonte, não deixa de representar uma opção –que se pressupõe intencional– entre várias possíveis. Esses outros motivos podem estar relacionados com o seu uso como reduto defensivo, mas podem ser também de outra ordem.

O que é certo é que o ponto de referência escolhido tem de ser significativo para a população da área em que se situa a propriedade que é alvo de registo escrito. Nesta linha de pensamento, estamos integralmente de acordo com Carlos Lixó Gómez, que nos lembra que os montes e montanhas não podem ser vistos como mero elementos físicos, mas sim como construções sociais, o que justifica que para as comunidades da Alta Idade Média, ao contrário da perceção que deles têm as sociedades contemporâneas, influenciadas pela

visão de naturalistas e geógrafos, haja “suavísimos promontórios”¹⁴ que são vistos como montanhas, e “elevações importantes” que não são categorizadas como tais, relegando para segundo plano a consideração da altitude absoluta dessas elevações (LIXÓ, 2019: 160-161).

Dentro desta linha de pensamento, não se nos afigura possível construir uma análise dos possíveis sistemas defensivos ou redes de fortificações dos séculos IX-X com base neste tipo de referências, a não ser que, do ponto de vista arqueológico, se possa comprovar a presença efetiva de trabalhos defensivos nesses locais.

A documentação

Infelizmente, a lista de documentos atribuíveis ao reinado de Afonso III e respeitantes ao território português está reduzida a 20 diplomas (Quadro 1), dos quais menos de metade faz uso da orografia regional para, no contexto da já referida fór-

14 Em boa verdade, alguns dos mais significativos exemplos invocados por Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca para alertar para esta questão com base em argumentos de ordem topográfica, podem não ser válidos devido à transferência dos topónimos. Entre os casos mais antigos, podemos citar aqui, como exemplos, o *mons Genestaxo* (Marco de Canaveses/Baião/Amarante), citado desde 875 (PMH, DC 8), o *mons Fuste* (Arouca/Vale de Cambra/São Pedro do Sul), citado desde 951 (PMH, DC 63) e o *mons Ordinis* (Penafiel), citado desde 994 (PMH, DC 169). O primeiro reporta-se claramente à Serra da Aboboreira, mas o topónimo ficou mais tarde reduzido ao lugar de Gestaço, em Amarante, sede de uma terra e julgado na Baixa Idade Média. O *mons Fuste* corresponde, sem qualquer dúvida, ao maciço da Serra da Freita, mas atualmente o topónimo identifica apenas dois pequenos lugares, um na freguesia de Moldes (Arouca) e outro na de Rôge (Vale de Cambra). O *mons Ordinis* poderá ser a designação arcaica da cumeada que separa o mosteiro de Paço de Sousa (para o qual este *mons* serve sistematicamente de referência) do pequeno lugar de Ordins, na freguesia de Lagares, que herdou o nome da elevação que lhe fica sobranceira. Mas há casos em que é por demais evidente que os pontos de referência usados na documentação não têm qualquer relevância topográfica. Podemos aqui destacar os casos em que esses pontos correspondem a motas, ou ainda o caso do *monticulo Lartico*, citado em 908 nas imediações de Penselo, concelho de Guimarães (López Ferreiro, 1899: nº 28), no qual o substantivo utilizado é a negação clara de qualquer destaque na paisagem.

13 Como síntese, muito recente, dos numerosos contributos de vários autores sobre esta questão, sugerimos a leitura das conclusões da tese de doutoramento de Andrea Maria-ni (2020: 620 e ss.).

Data	Documento	Referência Geográfica	Referência Administrativa / Eclesiástica	Referência Topográfica
870	PMH, DC 6	Souselo (Cinfães)	---	---
[873]	LF 16	Braga	<i>terras et provincias portugalis civitas Bracara</i>	---
874	PMH, DC 7	Souselo (Cinfães)	---	---
875	PMH, DC 8	Soalhães (Marco de Canaveses)	<i>territorio Anegia</i>	<i>mons Genestaxo</i>
877	Florez 1764: pp. 313-315, nº 5	Dume (Braga)	<i>provinciae Galleciae quod est Bracara</i>	---
882	PMH, DC 9	Lardosa (Rans, Penafiel)	<i>territorio Anegrie</i>	<i>monte Petroselo</i>
883	PMH, DC 10	Canelas (Arouca)	---	---
883	PMH, DC 11 = LP 12	Travassô (Águeda) Troxemil (Coimbra)	<i>territorio Colimbriense</i>	---
883	TACS 10	Montelios (Braga)	<i>suburbio Bracharense</i>	---
899	TACS 17	Travassô (Águeda) Troxemil (Coimbra)	<i>suburbio Conimbriense</i>	---
899	TACS 18 Florez 1765: pp. 340-346	São Vitor, Moinhos e São Frutuoso (Braga) Travassô (Águeda) Troxemil (Coimbra)	<i>territorio Bracharense</i> <i>territorio Conimbriense</i>	---
900	LF 174	Nogueira (Braga)	<i>territorio Bracarensi</i>	<i>Sancta Marta</i>
904	LF 175	Nogueira (Braga)		<i>monte Spino</i>
906	PMH, DC 13 = LP 354/355/356	Rio Côvo (Barcelos)	<i>territorio Brakalensis</i>	---
907	PMH, DC 14	Freixo (Guilhabreu, Vila do Conde)	<i>territorio Bragarense et Portugalense</i>	<i>civitas Albarelios et castro de Bove</i>
907	PMH, DC 15	Pedrulhais (Sepins, Cantanhede)	---	---
908	PMH, DC 16	Monte Avó (Santa Cruz do Bispo, Matosinhos) Freixo (Guilhabreu, Vila do Conde)	<i>territorio Portugalense</i>	<i>civitas Albarelios et castro de Bove</i>
908	López Ferreiro 1899: nº 28	Penselo (Guimarães)	<i>territorio Bracarense</i>	<i>monticulo Lartico</i>
[873-910]	PMH, DC 5 = LM 65	Negrelas (Guimarães)	<i>territorio Bracharensis urbium Portugalensis</i>	<i>mons Cavallus</i>
[905-910]	LF 17 / 18	Braga	<i>sedis Bracare provincie Gallecie</i>	---

Quadro I. Documentação do reinado de Afonso III (866-910) relativa ao território atualmente português

mula documental, localizar as propriedades. Dos 8 *monticulo/mons/castro/civitas* neles referidos, pode reconhecer-se em vários deles a existência de condições estratégicas excelentes para a localização de uma fortificação e até pressupor que as muralhas castrejas presentes em alguns possam ter sido utilizadas com intuítos defensivos na Alta Idade Média. Porém, em apenas um caso – o *mons Petroselo*, referido na documentação desde

882 (PMH, DC 9)– existe uma proposta concreta de identificação com trabalhos defensivos reconhecidos no terreno e atribuídos à época que nos ocupa (SANTOS, 2005: 101). E mesmo esta exceção carece ainda de confirmação cronológica baseada numa intervenção arqueológica.

Alargando o período em análise até ao ano mil, por forma a conseguir uma base documental

mais consistente, este panorama não melhora muito. Com base nas referências constantes da documentação anterior ao câmbio de milénio, Mário Jorge Barroca inventariou meia centena de castelos (BARROCA, 2004: 199).

Este alargamento cronológico da base documental permite adicionar 16 possíveis fortificações à nossa lista, mas apenas é possível reconhecer trabalhos defensivos atribuídos à Alta Idade Média em três delas: Vandoma (Paredes), cujas estruturas defensivas –a confirmar-se o paralelismo com as do Montemuro– serão anteriores a Afonso III (ALMEIDA, 1980; LIMA, 2012); monte Aradros (Marco de Canaveses), mencionado em 994, cujos trabalhos defensivos reconhecíveis pensamos poderem e deverem ser atribuídos ao castelo que capitaneou a terra de Benviver a partir de meados do século XI; e Aguiar de Sousa, que é apenas mencionado em 995, a propósito das campanhas de Almansor (se efetivamente de Aguiar de Sousa se tratar, LIMA, 2018).

Perante tais fragilidades da interpretação documental, restar-nos-ia o apoio dos dados resultantes de intervenções arqueológicas para tentar conhecer melhor as fortificações locais desta região. Mas esses dados colocam outro tipo de problemas.

O contributo das intervenções arqueológicas

Os maiores problemas com que nos deparamos ao procurar suporte arqueológico para o estudo das fortificações dos finais do séc. IX/séc. X são, por um lado, a dificuldade em tipificar os trabalhos de (re)fortificação aos quais possa ser atribuída esta cronologia, e, por outro lado, a cronologia demasiado alargada que, por regra, é atribuída aos materiais desta época. Precisaríamos de saber distinguir as cerâmicas deste período cronológico das que estão associadas a contextos do século XI, porque só assim elas nos permitiriam distinguir as fortificações erguidas na sequência das presúrias,

das que resultaram da reorganização administrativa e militar operada por Fernando I de Leão e Castela, a partir dos meados do século XI. Ora, não se conhece relatório ou publicação de intervenção arqueológica nesta região onde tal distinção seja feita com segurança.

São raríssimos os casos de identificação de elementos arquitetónicos de inspiração asturiana em fortificações do vale do Douro navegável. Na verdade, conhecemos apenas uma provável imposta, com decoração em espinha, semelhante às que se observam, por exemplo, na capela de São Pedro de Balsemão (Lamego), identificada por Ricardo Teixeira no castelo de Carvalho de Rei (Amarante). Esta raridade contrasta com os cada vez mais numerosos testemunhos do género, quer em fortificações, quer em templos do centro de Portugal (REAL, 2014; FERNANDES, 2016), o que reforça a ideia, já aqui defendida, de que os esforços construtivos com que se traduziram as preocupações defensivas da coroa asturiana se concentraram, desde cedo, noutras latitudes.

Centro urbanos e *civitates* à parte, entre as raras intervenções arqueológicas em fortificações do Douro navegável cujos resultados estão publicados, merecem destaque os trabalhos de António Manuel Silva nos castelos de Crestuma (Vila Nova de Gaia) e Valinhas (Arouca). Já aqui destacamos os trabalhos defensivos identificados no primeiro, os quais estarão provavelmente relacionados com construções em madeira. Queríamos também destacar a identificação, no segundo, de uma fase construtiva anterior àquela que está relacionada com o castelo que capitaneou a terra de Arouca, a partir de meados do século XI. Os dados disponíveis permitiram perceber que o sítio recebeu trabalhos de fortificação, provavelmente correspondentes ao

“momento das presúrias de finais do século IX/inícios do século X” (Fase IA), mas, ao contrário da fase seguinte, não dispomos de datações absolutas para esta fase

e as evidências, por agora, resumem-se a “um pequeno murete (...) de pedras de tamanho médio e aparelhamento grosseiro, parecendo corresponder ao remate Sudeste de uma estrutura de plano subtriangular, posteriormente refeita em aparelho similar” (SILVA e RIBEIRO, 2013: 32).

Por todo o Douro navegável são conhecidos pequenos castelos, a que a bibliografia tradicionalmente chama “*roqueiros*” por se situarem sobre penhascos graníticos, em regra de dimensões muito reduzidas, nos quais as boas condições naturais de defesa são, por vezes, complementadas com a criação de uma muralha de pedra seca, sem aparelho definido, que se limita a preencher os espaços em que a natureza não se encarregou, por si própria, de tornar impossível o acesso ao topo. Não são simples pontos de emissão de sinais de luz ou fumo, não são “castelos-recinto” como os que são atribuídos à Antiguidade Tardia, também não são motas e seguramente não são povoados castrejos. Na maior parte dos casos, é evidente a sua associação ao controle visual da rede viária (portelas, pontes, nós viários). E muito raros são os que podem ser identificados com os *mons* utilizados na documentação como pontos de referência para a localização de propriedades. Podemos aqui, citar alguns dos mais evidentes, que não necessitam de intervenção arqueológica para serem confirmados como fortificações: Castelo e Castelo Velho, em Carvalho de Rei (Amarante), Penalva (Ancede) e Frende, em Baião; Castelo de Côtos (Várzea de Ovelha), Alto do Castelo (Penhalonga) e Castelo dos Mouros (Folhada), em Marco de Canaveses; Chocal ou Água de Frades (Penafiel); Alto do Castelo (Valongo); Carvalhais (Alvarenga) e Alto do Coruto (Escariz), em Arouca. E poucos mais.

Porém, sem intervenções arqueológicas, e sem documentação escrita como suporte, é impossível determinar com precisão a sua cronologia de construção e uso. O que nos impede de os atribuir à primeira ou à segunda vaga do *incastellamento*

no Douro navegável, isto é, de os enquadrar na organização militar baseada em *civitates* e *territoria*, ou na que se baseava nos castelos e terras, que lhe sucedeu a partir de meados do século XI.

4. PERSPETIVAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA

Já é um lugar comum afirmar que uma das linhas mais promissoras da investigação sobre as fortificações do vale do Douro nos séculos IX/X é a do estudo da forma como se poderão ter aproveitado, feito ou complementado os trabalhos defensivos já existentes nos povoados castrejos. Por muito limitada que, do ponto de vista construtivo, possa ter sido a refortificação desses lugares –como o caso de *Aliovirio* (Cidadelhe) parece indicar– não podemos olhar para esse fenómeno apenas nessa perspectiva. Um olhar sobre a proposta cartográfica de organização do povoamento proto-histórico do Norte de Portugal, apresentada por Armando Coelho Ferreira da Silva em 1986 (Estampa X) mostra-nos, de forma clara, o quanto a organização administrativa e militar do vale do Douro nos séculos IX/X deverá aos antecedentes castrejos e romanos. Em vários casos, os centros de poder pré-romanos, que já então exerciam funções de capitalidade, parecem ter atravessado séculos de existência, pois voltam (ou continuam) a exercer tais funções na Alta Idade Média.

No mesmo sentido aponta aquilo que já conhecemos sobre a segunda vaga de *incastellamento* no vale do Douro navegável, quando, a par da criação de um conjunto de circunscrições de natureza defensiva, administrativa, judicial e económica, a que os diplomas, a partir dos meados do século XI, chamam *terras*, se atribuem funções de capitalidade aos castelos a partir dos quais a nobreza terratenente exerce o seu poder.

Das mais de vinte *terrae* (e respetivos castelos) resultantes da desagregação do modelo de organi-

zação do território em *civitates*, que tão bem simbolizou a integração do Baixo Douro na esfera de influência da monarquia asturiana, quase todos assentam sobre locais com ocupação da Idade do Ferro/época romana.

Tudo aponta para que, até meados do século X, do ponto de vista estritamente defensivo, as intervenções construtivas das famílias condaís sobre as fortificações do Douro navegável tenham sido minimalistas, quer nas defesas urbanas, quer nas *civitates*. Nestas últimas, é possível que se tenham limitado a erguer uma torre como a que observamos em *Aliovirio* (Mesão Frio).

O rápido afastamento das preocupações defensivas para a linha do Mondego terá permitido às principais estirpes condaís que o seu investimento fosse canalizado para instalações palatinas de cariz estritamente civil, que lhes proporcionassem outro conforto e dignidade de uso. A esse propósito, não será estranha a localização das novas *civitates* do vale do Douro, nas proximidades de importantes recursos geotérmicos, à semelhança do que se verifica com os locais onde se instalam as estirpes nobres na região de Lafões/São Pedro do Sul. A *civitas Anegia* situa-se nas proximidades das nascentes de águas termais de Entre-Os-Rios/São Vicente, certamente a *villa Banius* já referida em 1047 (PMH, DC 397), e *Aliobriga* localiza-se sobre a área das Caldas de Moledo, sobranceira ao Douro, onde não faltam também notícias de achados romanos e onde se localizaria o *porto de Aliovirio*, referido no já citado diploma de Ordonho II de 922. Sem descartar a futura identificação de trabalhos defensivos por elas patrocinados, se pretendermos encontrar elementos arquitetónicos e arqueológicos passíveis de associação clara às elites asturianas, parece cada vez mais claro que é sobretudo nas instalações de caráter civil e religioso que os devemos procurar.

Esta constatação remete-nos para uma observação final, que nos é suscitada pela absoluta falta de protagonismo militar das *civitates* do Douro

navegável, a par da reduzida expressão do investimento construtivo que nelas parece ter sido feito. Nem no contexto da afirmação da monarquia asturiana no vale do Douro, nem no processo de consolidação do poder dos reis de Leão na mesma área, nem no âmbito das campanhas militares de iniciativa muçulmana que atingiram ou atravessaram esta região nos finais do século X, lhes é atribuído qualquer papel relevante de defesa.

Pelo contrário, as escassas notícias documentais que até nós chegaram relevam a sua importância como parte dos mecanismos de exploração económica que a monarquia asturiana implementou logo após as primeiras presúrias, sinal de que a sua dimensão estritamente militar estará a ser sobrevalorizada.

Na esteira dos trabalhos seminais de Pierre Toubert, a quem devemos o conceito de *incastellamento*, segundo o qual este fenómeno é uma questão fundamentalmente económica; e tal como se assume que o Emirato de Córdoba foi um Estado eminentemente fiscal, em que a componente militar teve uma importância bem menor do que as crónicas pretendem transmitir, também a expansão do reino asturiano para o vale do Douro navegável poderá ser vista, sobretudo, na perspetiva da submissão deste território aos mecanismos de exação fiscal ao serviço da coroa asturiana.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Documentais

ESTRABÃO (1903): *The Geography of Strabo*, vol. 2, London: George Bell & Sons.

FLOREZ, H. (1764): *España Sagrada*, tomo XVIII, Madrid: Oficina de Antonio Marín.

FLOREZ, H. (1765): *España Sagrada*, tomo XIX, Madrid: Oficina de Antonio Marín.

- GIL FERNÁNDEZ, J., MORALEJO, J.L. e RUIZ DE LA PEÑA, J.I. (1985): *Crónicas Asturianas*, Oviedo: Universidad de Oviedo.
- IBN ḤAYYĀN (2001): *Crónica de los emires Alḥakam I y 'Abdarrahmān II entre los años 796 y 847 [Al-muqtabis II-I]*. Traducción, notas y índices de Maḥmūd Ali Makkī y Federico Corriente, Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y de Oriente Próximo.
- LF = COSTA, A.J. (1965/1978/1990): *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, 3 vol., Braga: Junta Distrital de Braga.
- LP = RODRIGUES, M.A. e COSTA, A.J. (1999) – *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra. Edição crítica. Texto Integral*, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- LT = NASCIMENTO, A. A. e FERNÁNDEZ CATÓN, J. M. (2008) – *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis (Estudios)*, León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”.
- LÓPEZ FERREIRO, A. (1899): *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, tomo II, Santiago de Compostela: Seminario Conciliar Central.
- COELHO, M.H. (1988): *O Mosteiro de Arouca. Do Século X ao Século XIII*, Arouca: Câmara Municipal e Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda.
- FAGNAN, E. (1904): *Histoire de l'Afrique et de l'Espagne intitulée Al-Bayano'L-Mogrib*, Alger, Imprimerie Orientale Pierre Fontana.
- PMH, DC (1867) = *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa: Academia das Ciências.
- PMH, Script. (1856) = *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, Lisboa: Academia das Ciências.
- RISCO, M. (1796): *España Sagrada*, tomo XL, Madrid: Oficina de la Viúda e Hijo de Marín.
- TACS = LUCAS ÁLVAREZ, M. (1998): *Tumbo A de la Catedral de Santiago*, Santiago de Compostela: Cabildo de la S.A.M.I. Catedral y Seminario de Estudios Gallegos.
- TC = ANDRADE CERNADAS, J.M. (1995): *O Tombo de Celanova: Estudio Introdutorio, Edición y Índices (ss.IX-XII)*, Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (2008): *Coimbra: a Montagem do Cenário Urbano*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- ALARCÃO, J. (2012): *As Pontes de Coimbra que se Afogaram no Rio*, Coimbra: Ordem dos Engenheiros – Região Centro.
- ALMEIDA, C.A.F. (1978): *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as Origens a 1220*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ALMEIDA, C.A.F. (1980): “Os castelos de Aguiar de Sousa e de Vandoma (Baltar)”, *O Concelho de Paredes. Boletim Municipal*, 3, pp. 15-17.
- ALMEIDA, C.A.F. (1989): “Castelos e cercas medievais. Séculos X a XIII”, em MOREIRA, R. [ed.]: *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa: Edições Alfa, pp. 38-54.
- ALMEIDA, C.A.F. (1992): “Castelos medievais do Noroeste de Portugal”, em *Finis Terrae – Estudos em Lembrança do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, pp. 371-385.
- ALMEIDA, C.A.F. (1993): “Castelos Medievais do Norte de Portugal”, em *Conclusões das Primeiras Xornadas Históricas e Arqueológicas da*

- “Mariña Lucense”, *Foz: A Frouxeira e o Mariscal Pardo de Cela*, Foz: Diputación Provincial de Lugo, pp. 50-101.
- ALMEIDA, C.A.F. e LOPES, F.G.A. (1981-82): “Eja (Entre-os-Rios). A civitas e a igreja de S. Miguel”, *Portugalia*, Nova Série, 2-3, pp. 131-140.
- AMARAL, L.C. (2007): *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga no Período da Reconquista (Século IX – 1137)*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ARIAS PÁRAMO, L. (2009): “Recurso a los *spolia* como instrumento de prestigio y poder en el arte prerrománico asturiano (siglos VIII-X)”, em SCHATTNER, T.G. e VALDÉS FERNÁNDEZ, F. [ed.]: *Spolien im Umkreis der Macht. Spolia en el Entorno del Poder. Akten der Tagung in Toledo vom 21. Bis 22. September 2006*, Madrid: Deutsches Archäologisches Institut.
- AZEVEDO, R. (1945): “A presúria e o repovoamento entre Minho e Lima no século X (origens do mosteiro de São Salvador da Torre)”, *Revista Portuguesa de História*, 3, pp. 257-270.
- BARROCA, M.J. (1990-91): “Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)”, *Portugalia*, Nova Série, 11-12, pp. 89-136.
- BARROCA, M.J. (1998): “Castelos medievais portugueses. Origens e evolução (séc. IX-XIV)”, em BARRIO BARRIO, J.A. e CABEZUELO PLIEGO, J.V. [coord.]: *La Fortaleza Medieval: Realidad y Símbolo*, Alicante: Universidad de Alicante y Ayuntamiento de Alicante, 1998, pp. 13-30.
- BARROCA, M.J. (2003a): “Organização territorial e recrutamento militar” em BARATA, M.T. e TEIXEIRA, N.S. [ed.]: *Nova História Militar de Portugal*, I, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 69-94.
- BARROCA, M.J. (2003b): “Arquitectura militar” em BARATA, M.T. e TEIXEIRA, N.S. [ed.]: *Nova História Militar de Portugal*, I, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 95-121.
- BARROCA, M.J. (2003c): “Uma paisagem com castelos” em JORGE, V.O. [ed.]: *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*, Porto e Coimbra: Universidades de Porto e Coimbra, 2003, pp. 173-181.
- BARROCA, M.J. (2004): Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI), *Portugalia*, Nova Série, 25, pp. 181-203.
- BARROCA, M.J. (2008-09): “De Miranda do Douro ao Sabugal - Arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira”, *Portugalia*, Nova Série, 29-30, pp. 193-252.
- BARROCA, M.J. (2016): “Muçulmanos e cristãos no Douro Português (séc. VIII-XI)” em *Atas das 4as Conferências do Museu de Lamego / CITCEM*, Lamego: Museu de Lamego / Direção Regional de Cultura do Norte, pp. 33-48.
- BARROCA, M.J. (2017): “Prope litore maris: o sistema defensivo da orla litoral da diocese do Porto (séc. IX a XII)”, em AMARAL, L.C. [ed.]: *Um Poder Entre Poderes: nos 900 Anos da Restauração da Diocese do Porto e da Construção do Cabido Portucalense*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, pp. 165-212.
- CAMINO MAYOR, J., ESTRADA GARCÍA, R. e VINIEGRA PACHECO, Y. (2007a): “Un sistema de fortificaciones lineales ástures en la Cordillera Cantábrica a finales del reino visigodo”, *Boletín de Arqueología Medieval*, 13, pp. 229-256.
- CAMINO MAYOR, J., ESTRADA GARCÍA, R. e VINIEGRA PACHECO, Y. (2007b): “A propósito de las fortificaciones lineales ástures de El Homón de Faro (La Carisa) y El Muro (La Mesa)”, *Territorio, Sociedad y Poder*, 2, pp. 53-64.

- CARMO, T.J.A. (2016): *Os castelos no Baio-Ferrado (séc. X-XII). Contributo para o Estudo dos Sistemas Defensivos na Orla Litoral a Sul do Douro*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016.
- CARRIEDO TEJEDO, M. (1998-99): “Los episodios portugueses en los siglos IX y X, a través de dos obispos de Oporto, Froa-rengo (890-918) y Hermogio (923-927), y su situación a comienzos del siglo XI”, *Bracara Augusta*, XLVIII (101-102), pp. 311-401.
- CARVAJAL CASTRO, A. (2012): “Superar la frontera: mecanismos de integración territorial entre el Cea y el Pisuerga en el siglo X”, *Anuario de Estudios Medievales*, 42/2, pp. 601-628.
- CARVALHO, T.P. (2003): “As ocupações no Castelo de Gaia – problemas de arqueologia urbana”, *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, 2, pp. 823-841.
- CORREIA, F.M.R.B. (2010): *Fortificação, Guerra e Poderes no Garb al-Andalus (dos Inícios da Islamização ao Domínio Norte-Africano)*, Dissertação de Doutoramento em História, Évora, Universidade de Évora, 2010.
- COSTA, L.V. e SILVA, M.A. (2012): *Torre do Castelo de Aguiar de Sousa. Entre a Matéria e o Mito. Sobreposições do Tempo*, Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território.
- DAVID, P. (1947): *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe Siècle*, Lisboa, Paris: Portugália, Les Belles Lettres.
- DÍAZ DE GARAYO, E. e CASTRO CORREA, A. (2020): *Las Presuras de Odoario “el Africano” en Lugo y Braga*, Bilbao: Universidad del País Vasco.
- ESCALONA, J. (2004): “Family memories. Inventing Alfonso I of Asturias”, em ALFONSO, I, KENNEDY, H. e ESCALONA, J. [eds.]: *Building Legitimacy. Political Discourses and Forms of Legitimation in Medieval Societies*, Leiden / Boston: Brill, pp. 223-262.
- FERNANDES, A.A. (1978): *A Nobreza na Época Vimarano-Portugalense*, Guimarães: Editora do Minho.
- FERNANDES, P.A. (2016): *Matéria das Astúrias. Ritmos e Realizações da Expansão Asturiano-Leonesa no Actual Centro de Portugal. Séculos VIII-X*, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, P.A. (2021): “De Lamecum a Lamego. Viagem (apressada) por mais de mil anos de história da cidade”, *Monumentos*, 38, pp. 26-37.
- FONTES, L. (2012): “O Norte de Portugal entre os séculos VIII e X: balanço e perspectivas de investigação”, em CABALLERO ZOREDADA, L., MATEOS CRUZ, P. e CASTRO VALDÉS, C.G. [eds.]: *Asturias entre Visigodos y Mozárabes, Anejos de Archivo Español de Arqueología*, 63, pp. 443-474.
- FONTES, L., LEMOS, F.S. e CRUZ, M.C. (1997-98): “Mais velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar”, *Cadernos de Arqueologia*, IIª Série, 14-15, pp. 137-164.
- GASPAR, A. (1985): “Escavações arqueológicas na rua de Nossa Senhora do Leite, em Braga”, *Cadernos de Arqueologia*, IIª Série, 2, pp. 51-125.
- GUIMARÃES, J.A.G. (1989): “Mahamud: algumas dificuldades na fixação da biografia de um guerreiro berbere do al-Garb al-Andalus”, em *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé: Câmara Municipal, pp. 107-118.
- GUIMARÃES, J.A.G. (1995): *Gaia e Vila Nova na Idade Média: Arqueologia de Uma Área Ribeirinha*, Porto: Universidade Portucalense.

- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J.A. (1992): “Castillos y sistemas de defensa en los reinos de León y Castilla”, em IGLESIA DUARTE, J.I. [coord.]: *II Semana de Estudios Medievales*, Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, pp. 31-48.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J.A. (2011): “Fortificaciones visigodas y conquista islámica del Norte hispano (c. 711)”, em GARCÍA MORENO, L. e VIGIL-ESCALERA, A. [coord.]: *711 – Arqueología e Historia Entre Dos Mundos*, Zona Arqueológica, 15, Alcalá de Henares, Museo Arqueológico Regional, pp. 339-352.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J.A. (2014): “Fortificaciones tardoantiguas y visigodas en el Norte peninsular (ss. V-VIII)”, em CATALÁN RAMOS, R.; FUENTES MELGAR, P. e SASTRE BLANCO, J.C. [ed.]: *Las fortificaciones en la Tardoantigüedad. Élités y articulación del territorio (siglos V – VIII d.C.)*, Madrid: La Ergástula, pp. 191-214.
- KÖNIG, D.G. (2015): *Arabic-Islamic Views of the Latin West. Tracing the Emergence of Medieval Europe*, Oxford: Oxford University Press.
- LEMOS, P. (2015): “As muralhas do castro de Cidadelhe (Mesão Frio, Portugal)”, em RODRÍGUEZ MONTECUBIO, O., PORTILLO CASADO, R., SASTRE BLANCO, J.C. e FUENTES MELGAR, P. [coord.]: *Fortificaciones en la Edad del Hierro. Control de los Recursos y el Territorio*, Valladolid: Glyphos, pp. 299-306.
- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1950): *Histoire de l’Espagne Musulmane. Tome Premier. La Conquête et l’Emirat Hispano-Umayyade (710-912)*, Leiden: Brill.
- LIMA, A.M.C. (1993): *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- LIMA, A.M.C. (1999): “O território Anegia e a organização administrativa e militar do curso terminal do Douro (Séculos IX - XII)”, em BARROCA, M.J. [coord.]: *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, II, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 399-414.
- LIMA, A.M.C. (2008): “A importância estratégica do vale do Sousa na “Reconquista”: propostas para uma nova leitura das fontes documentais e dos dados arqueológicos”, *Oppidum*, nº especial, pp. 185-194.
- LIMA, A.M.C. (2009): “Povoamento e organização do território do Baixo Douro na época da monarquia asturiana”, *Territorio, Sociedad y Poder. Anejos*, 2, pp. 227-260.
- LIMA, A.M.C. (2010-11): “Povoamento e organização do território do Baixo Douro na época da monarquia asturiana”, *Portugalia*, Nova Série, 31-32, pp. 83-114.
- LIMA, A.M.C. (2012): “O Curso terminal do Douro entre a tardoantiguidade e a integração na monarquia asturiana: rede viária e estruturas defensivas”, poster apresentado ao *Congreso Internacional de Fortificaciones en la Tardoantigüedad: Élités y Articulación del Territorio entre los Siglos V-VIII d.C.*, Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- LIMA, A.M.C. (2013): “Fortificações e vias de comunicação no curso terminal do Douro (Séculos IX - XI)” em FERNANDES, I.C.F. [coord.]: *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb - Séculos VI a XVI*, Lisboa: Edições Colibri - Campo Arqueológico de Mértola, pp. 183-198.
- LIMA, A.M.C. (2014): “A cerâmica medieval do Castelo de Paiva e o seu enquadramento histórico”, em DE MAN, A. e TENTE, C. [coord.]: *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal - Séculos XI a XII*,

- Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Fac. Ciências Soc. e Hum. da Univ. Nova, pp. 183-203.
- LIMA, A.M.C. (2018): “A Importância Estratégica do Vale do Sousa na “Reconquista”. Propostas para Uma Nova Leitura das Fontes Documentais e dos Dados Arqueológicos”, *Oppidum*, nº especial, pp. 185-194.
- LIMA, A.M.C. (2019): *Do Castelo da Ilha à Ilha do Castelo. História, Lendas e Tradições*, Castelo de Paiva: Município de Castelo de Paiva / ADRIMAG.
- LIMA, A.M.C. e TEIXEIRA, R. (2010): “Reflexões em torno do povoamento e organização dos territórios medievais no curso médio e terminal do Douro” em BURÓN ÁLVAREZ, M. e RODRIGUES, M.C.A. [coord.]: *Colóquio Internacional “Património Cultural y Territorio en el Valle del Duero”*. Actas, Zamora: Junta de Castilla y León / Direção Regional de Cultura do Norte / Fundación Rei Afonso Henriques, pp. 137-153.
- LIMA, A.M., REAL, M.L., MELO, D. e CANHA, A. (2021): “A Organização Político-Militar do Território de Lafões durante a Alta Idade Média”, em REAL, M.L., CARVALHO, A.F. e TENTE, C. [coord.] – *Atas das I Jornadas de Arqueologia de Vouzela – Lafões. 14 – 16 de Novembro de 2019*, Vouzela: Câmara Municipal, pp. 255-275.
- LIMA, A.M.C. e VIEIRA, M.A. (2018): “Povoamento e organização defensiva do território da área setentrional de Viseu (séculos VI a XI)” em TENTE, C. [ed.]: *Do Império ao Reino. Viseu e o Território entre os Séculos IV a XII*, Viseu: Câmara Municipal, pp. 231-261.
- LIVERMORE, H.V. (1982): “O Baixo Douro no século IX. A colónia de Mahmud Ibn Cabd al-Djabbar”, em *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Actas, v. 5, Guimarães, s.e., pp. 145-152.
- LIXÓ GÓMEZ, C. (2019): *O Xurdimento dos Castelos na Galiza Medieval (ss. VIII-XIII)*, Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.
- MANZANO MORENO, E. (1991): *La frontera de Al-Andalus en época de los Omeyas*, Madrid: CSIC.
- MARIANI, A. (2017): “Elementi difensivi lungo il confine Nord della diocesi di Porto fra IX e XII secolo: primi risultati”, em ROSAS, L., SOUSA, A.C. e BARREIRA, H. [coord.]: *Genius Loci: Lugares e Significados*, v. 2, Porto: CITCEM, pp. 107-119.
- MARIANI, A. (2020): *Le strutture fortificate medievali nel territorio della diocesi di Porto (Nord del Portogallo) e della Brianza (Nord Italia): uno studio comparativo (IX-XII secolo)*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MARQUES, A.E. (2008): *O casal: Uma Unidade de Organização Social do Espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*, Noia: Editorial Toxosoutos.
- MARQUES, A.E., BARROCA, M.J. e AMARAL, L.C. (2018): “As incursões vikings no Norte de Portugal”, em BARROCA, M.J. e SILVA, A.C.F. [coord.]: *Mil Anos da Incurso Normanda ao Castelo de Vermoim*, Porto: CITCEM, pp. 143-184.
- MARTÍN VISO, I. (2021): “Tiempos de colapso y resiliencia: espacios sin Estado en la Península Ibérica (siglos VIII-X)”, *Intus-Legere Historia*, 15 (2), pp. 78-105.
- MATTOSO, J. (2002): *O Monaquismo Ibérico e Cluny*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- MÍNGUEZ FERNÁNDEZ, J.M. (2016): “La acción de poderes locales en la primera expan-

- sión astur (siglos IX-X)”, *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, 20 (1), pp. 53-71.
- MUÑIZ LÓPEZ, I. e GARCÍA ÁLVAREZ-BUSTO, A. (2012): “En los orígenes de las fortificaciones altomedievales: el castillo de Gauzón (Asturias). De asentamiento tardío a fortaleza de los reyes de Asturias (siglos VII – X)”, em QUIRÓS CASTILLO, J.A. e TEJADO SEBASTIÁN, J.M. [ed.]: *Los Castillos Altomedievales en el Noroeste de la Península Ibérica*, Documentos de Arqueología Medieval, 4, Gipuzkoa: Universidad del País Vasco, pp. 77-98.
- NASCIMENTO, A., SOUSA, L. e SILVA, N. (2008): *Intervenção Arqueológica QSAVNG.07 - Quinta de Santo António - Santa Marinha, Vila Nova de Gaia – Relatório de Progresso, 2ª e 3ª Fases*, Vila Nova de Gaia: Empatia-Arqueologia, Lda. (texto datilografado).
- NASCIMENTO, A., QUEIROGA, F., SOUSA, L. e CARVALHO, T.P. (2020): “Elementos para o estudo da ocupação castreja no Castelo de Gaia (Vila Nova de Gaia, Porto, Portugal)”, em CENTENO, R., MORAIS, R., SOEIRO, T. e FERREIRA, D.: *Cultura Castreja: Identidade e Transições. Atas do Congresso Internacional*, I, Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, pp. 263-294.
- OLIVEIRA, M. (1956): “Os territórios diocesanos. Como passou para o Porto a Terra de Santa Maria”, *Lusitania Sacra*, 1, pp. 29-50.
- PÉREZ MARINÑAS, I. (2014): “Aceifas andalusíes y cristianas a través de la mitad sur del valle del Duero. Un estudio cuantitativo”, *Estudios Medievales Hispánicos*, 3, pp. 71-128.
- PIEL, J.M. (1951): “Como nasceu o nome da freguesia de Mafamude”, *Revista Portuguesa de História*, V, pp. 283-286.
- REAL, M. L. (2013): “O castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na terra de Lafões”, *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, XII, pp. 203-230.
- REAL, M. L. (2014): “A dinâmica cultural em “Portucale” e “Colimbrie” nos séculos VIII-XI”, em DE MAN, A. e TENTE, C. [coord.]: *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal - Séculos XI a XII*, Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Fac. Ciências Soc. e Hum. da Univ. Nova, pp. 13-56.
- REAL, M. L. (2018): “O papel das elites na definição progressiva do território: sua presença na senhoriação da “fronteira beirã” (séculos IX-XII)”, em TENTE, C. [ed.]: *Do Império ao Reino. Viseu e o Território entre os Séculos IV a XII*, Viseu: Câmara Municipal, pp. 297-341.
- REAL, M. L. (no prelo): “A presúria de “Uilla Coua” e as origens do Mosteiro de Lorvão: os documentos 19 e 47 do Liber Testamentorum e o contributo da arqueologia”, *Medievalista*, 31.
- REAL, M. L. (no prelo b): “A presúria de Coimbra, de 878 d.C., e seu contexto. E as pedras que “falam” desse sucesso”, em Grupo CIGA [org.]: *Actas das Jornadas Internacionais Terra, Pedras e Cacos no Garb al-Andalus. 23-26 de Janeiro de 2021*, Palmela: Câmara Municipal de Palmela e Campo Arqueológico de Mértola.
- REAL, M.L., TÁVORA, M.J., OSÓRIO, M.I.P. e TEIXEIRA, F.F. (1985-86): “Escavações arqueológicas no morro da Sé”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, IIª Série, ¾, pp. 7-60.
- REI, A. (2012): *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ na Geografia Árabe (Séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)*, Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.

- SAMPAIO, A. (1923): *Estudos Históricos e Económicos*, vol. 1, Porto: Livraria Chardron.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, C. (1981): *Estudios sobre Galicia en la temprana Edad Media*, La Coruña: Fundación “Pedro Barrie de la Maza Conde de Fenosa”.
- SÁNCHEZ PARDO, J.C. (2012): “Castros, castillos y otras fortificaciones en el paisaje sociopolítico de Galicia (siglos IV-XI)”, em QUIRÓS CASTILLO, J.A. e TEJADO SEBASTIÁN, J.M. [ed.]: *Los Castillos Altomedievales en el Noroeste de la Península Ibérica*, Documentos de Arqueología Medieval, 4, Gipuzkoa: Universidad del País Vasco, pp. 29-55.
- SANTOS, M.J.M.C.F. (2005): *A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de Ocupação do Território (875 - 1308)*, Cadernos do Museu, 10, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel.
- SILVA, A.C.F. (1986): *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira: Câmara Municipal e Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, A.M.S.P. (2011): *No Tempo dos Mouros. Castelos de Arouca numa Terra de Fronteira*, Arouca: Câmara Municipal.
- SILVA, A.M.S.P. (2014): “El castillo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, Portugal). Entre la romanidade tardía y la edad media: los retos de un sitio complejo”, em CATALÁN RAMOS, R.; FUENTES MELGAR, P. e SASTRE BLANCO, J.C. [ed.], *Las fortificaciones en la Tardoantigüedad. Élités y articulación del territorio (siglos V – VIII d.C.)*, Madrid: La Erástula, pp. 405-416.
- SILVA, A.M.S.P. (2017): “As construções do lugar. História(s) e arqueologia(s) do centro histórico de Gaia”, em SILVA, A.M.S.P. [coord.], *Cidades de Rio e Vinho. Memória, Património, Reabilitação*, Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal / Gaiurb / Afrontamento, pp. 100-137.
- SILVA, A.M.S.P. e GUIMARÃES, J.A.G. (2011): “O Castelo de Crestuma revelado pela arqueologia. As principais fases de ocupação do sítio arqueológico”, *Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia*, 73, pp.5-13.
- SILVA, A.M.S.P. e GUIMARÃES, J.A.G. (2013a): *Castelo de Crestuma: a Arqueologia em Busca da História*, Vila Nova de Gaia: Águas e Parque Biológico de Gaia, EM / ASCR – Confraria Queirosiana.
- SILVA, A.M.S.P. e GUIMARÃES, J.A.G. (2013b): “O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia) e a ocupação tardo-antiga no Baixo Douro”, em *Arqueologia em Portugal- 150 Anos [DVD]*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 883-893.
- SILVA, A.M.S.P., PEREIRA, P., CARVALHO, T. P. (2015): “Conjuntos cerâmicos do Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia, N. Portugal). Primeiros elementos para uma sequência longa (sécs. IV-XI)”, em GONÇALVES, M.J. e GÓMEZ-MARTÍNEZ, S. [ed.]: *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo. Silves – Mértola, 22 a 27 de Outubro de 2012*, Silves: Câmara Municipal de Silves e Campo Arqueológico de Mértola, pp. 401-419.
- SILVA, A.M.S.P.; REAL, M.L. (no prelo) – “Arqueologia e história da cidade do Porto no período tardo-antigo e alti-medieval”, em *Atas do Encontro Internacional “A Península Ibérica entre os séculos V e X: Continuidade, transição e mudança*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- SILVA, A.M.S.P. e RIBEIRO, M.C.S. (2006-07): “Cerâmica medieval das escavações no castelo de Arouca. Ensaio de análise morfotipológica”, *Portugalia*, Nova Série, 27-28, pp. 69-88.

- SILVA, A.M.S.P. e RIBEIRO, M.C.S. (2013): “Castelos roqueiros da região de Arouca (Aveiro, Portugal) – contexto histórico e elementos arqueológicos”, em FERNANDES, I.C.F. [coord.]: *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb - Séculos VI a XVI*, Lisboa: Edições Colibri - Campo Arqueológico de Mértola, pp. 29-42.
- SILVA, A.M.S.P. e RIBEIRO, M.C.S. (2014a): “Cerâmicas do período da Reconquista no vale do Arda: castelo de Arouca e casal da Malafaia”, em DE MAN, A. e TENTE, C. [coord.]: *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal - Séculos XI a XII*, Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Fac. Ciências Soc. e Hum. da Univ. Nova, pp. 161-181.
- SILVA, A.M.S.P. e RIBEIRO, M.C.S. (2014b): “Cerâmicas medievais (sécs. IX-XII) do castelo de Arouca (N. Portugal), em GONÇALVES, M.J. e GÓMEZ-MARTÍNEZ, S. [ed.]: *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo. Silves – Mértola, 22 a 27 de Outubro de 2012*, Silves: Câmara Municipal de Silves e Campo Arqueológico de Mértola, pp. 310-317.
- SILVA, A.M.S.P. e SOUSA, L.C.P. (2014): “Cerâmica do período da “Reconquista” (séculos X-XI) proveniente do castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia)”, em DE MAN, A. e TENTE, C. [coord.]: *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal - Séculos XI a XII*, Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Fac. Ciências Soc. e Hum. da Univ. Nova, pp. 205-220.
- SOARES, T.S. (1942): “O repovoamento do Norte de Portugal no século IX”, *Biblos*, XVIII, pp. 187-208.
- TEIXEIRA, H. (2013): “A zona de falha Verín-Régua-Penacova: estado atual do conhecimento geomorfológico e novos desafios de interpretação”, *Cadernos do Curso de Doutoramento em Geografia da FLUP*, 5, pp. 85-100.
- TEIXEIRA, R. (2002): “Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro (séculos IX-XIV)” em FERNANDES, I.C.F. [coord.]: *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb, 500-1500. Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 463-476.
- TEIXEIRA, R. (2008): “Povoamento e organização do território nas regiões de Chaves, Vila Real e Lamego (séc. IX-XIV)”, em LIMA, A.C. et alii [coord.]: *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*, vol. 4, Porto: Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, pp. 45-59.
- TEIXEIRA, R. (2011): “Idade Média. Dados e perspectivas arqueológicas sobre o território do Leça no período medieval (sécs. IX-XIV)” em CASTRO, C. e CLETO, J. [coord.]: *O Rio da Memória. Arqueologia no Território do Leça*, Matosinhos: Câmara Municipal, 2009, pp. 185-218.
- TEIXEIRA, R. [coord.] (2017): *Castelo de Santa Maria da Feira. Estudos Arqueológicos*, Santa Maria da Feira: Câmara Municipal, 2017.
- TEJERIZO GARCÍA, C. e RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, C. (2021): “Más allá de los *castella tutiora*: la ocupación de asentamientos fortificados en el noroeste peninsular (siglos IV-VI)”, *Gerión*, 39 (2), pp. 717-745.
- VAZ, F.C., TERESO, J.P., LEMOS, P.P. e ABRANCHES, P.B. (2016): “Estudo arqueobotânico do castro de Cidadelhe (Mesão Frio): resultados preliminares”, *Estudos do Quaternário*, 15, pp. 59-69.
- VELOSO, J.L.A. (2021): *Ocupação e Consumos no Porto através do Arqueossítio da Rua de D. Hugo, nº 5 (séculos V-VIII)*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa.